



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 - PROCESSO Nº 085/2026
DATA DA REALIZAÇÃO: 17 de abril de 2026

INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 01 de abril de 2026

FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/ABERTURA SESSÃO 17 de abril de 2026 às 08h00 (oito horas)

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 17 de abril de 2026 às 08h15 (oito horas e quinze minutos)

LOCAL: PLATAFORMA ELETRÔNICA DE PREGÃO NO SITE: www.bll.org.br

Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília, DF

O **MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA**, pessoa jurídica de Direito Público, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº 46.599.809/0001-82, com sede na rua Pará, nº 3.227, bairro Patrimônio Velho, nesta cidade de Votuporanga, SP, TORNA PÚBLICA, para conhecimento de quantos possa interessar, a abertura de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **“Menor Preço” por ITEM**, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL” (www.bll.org.br), nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, do Decreto Federal nº 11.462/23, Lei complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 15.631/2023 e suas alterações (https://www.votuporanga.sp.gov.br/portal/leis_decretos) e demais normas pertinentes à espécie, e as exigências estabelecidas neste Edital.

O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.votuporanga.sp.gov.br, na plataforma eletrônica: www.bll.org.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Maiores informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS para Locação de Estrutura Física (tendas, gradis, fechamentos metálicos, palcos e arquibancadas)** para uso no município de Votuporanga/SP.

1.2. **O critério de julgamento adotado será o menor preço do item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. O objeto acima mencionado é composto por **18 (dezoito) ITENS**, conforme quantidades definidas e especificações mínimas abaixo e **constantes do Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP**:

ITEM	ELEM	CÓD	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
01	01	030.003.072	UND	28	Locação de tenda (por dia) de 10 x10 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.
02	02	030.003.074	UND	30	Locação de tenda (por dia) de 5 x 5 m, com pés direitos de 2,5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.
03	03	030.003.075	UND	20	Locação de tenda (por dia) de 8 x 8 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.
04	04	030.001.001	UND	95	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.



ITEM	ELEM	CÓD	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
05	05	030.001.007	UND	8	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 13,5 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.
06	06	030.003.120	UND	30	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 2,5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.
07	07	030.001.043	UND	61	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 8 m x 8 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.
08	08	030.003.166	UND	10	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 3 x 3 m, com pés-direitos de até 2,5m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.
09	09	030.001.221	M²	600	Locação de lona para fechamento lateral e/ou frontal de tendas (por evento de até 10 dias), própria para utilização em eventos, medida por metro quadrado, confeccionada em material resistente, impermeável e com tratamento antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. As lonas deverão possuir sistema de fixação seguro, por meio de ilhós metálicos, velcro industrial, zíper, cordas, canaletas, ou outro sistema tecnicamente equivalente, que assegure adequada vedação, estabilidade e resistência, mesmo sob condições climáticas adversas, devendo estar em perfeito estado de conservação, limpas, íntegras e aptas ao uso, sem rasgos, furos ou avarias que comprometam sua funcionalidade ou aparência, sujeitas à rejeição pela fiscalização caso não atendam às condições exigidas.
10	10	030.001.220	UND	35	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.
11	11	030.003.136	UND	19	Locação de palco de PEQUENO PORTE (por evento de até 10 dias), medindo no mínimo 7x5m, modelo duas águas de estrutura em alumínio linha P, em treliça Q30, com 4 pés direito de 5m de altura cada, cobertura de lona antichamas, piso com plataformas telescópicas em alumínio e compensado naval de no mínimo 20mm, com capacidade de carga de 750 kg/m2, com guarda corpo, escada de acordo com ABNT, dispositivo para elevação de caixas acústicas modelo flying, house e corrimão. Nos preços deverão estar inclusos todas as despesas com transporte, montagem, desmontagem, alimentação, tributação, acompanhamento técnico e ART de toda a estrutura, com técnico qualificado com DRT e profissional responsável, devidamente inscrito no CREA.



ITEM	ELEM	CÓD	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
12	12	030.001.222	M ²	1.000	Locação de arquibancada metálica modular para eventos, incluindo transporte, montagem, manutenção e desmontagem, com medição por metro quadrado (m ²) instalado. Estrutura confeccionada em metal tubular ou perfis metálicos de alta resistência, com sistema de travamento que garanta estabilidade e segurança, contendo no mínimo 03 níveis de assentos/degraus. Os assentos deverão ser em madeira ou material equivalente de alta resistência, com largura mínima de 0,70 metro por nível, sendo cada módulo de assento com dimensões mínimas aproximadas de 2,30 metros de comprimento por 0,70 metro de largura. A estrutura deverá possuir corrimão frontal com altura mínima de 1,20 metro e corrimão ou guarda-corpo traseiro com altura mínima de 1,80 metro, além de guarda-corpos laterais para proteção dos usuários. Deverá contar ainda com passarela de circulação com largura mínima de 1,10 metro, permitindo fluxo seguro de pessoas, bem como escadas de acesso com corrimão e piso antiderrapante, distribuídas ao longo da estrutura no mínimo a cada 15 metros. A arquibancada deverá ser devidamente nivelada, travada e estabilizada, atendendo às normas técnicas da ABNT aplicáveis, às exigências do Corpo de Bombeiros e às normas de acessibilidade e segurança para estruturas temporárias destinadas a eventos públicos, devendo a empresa contratada apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à montagem e estabilidade da estrutura.
13	13	030.001.219	UND	700	Locação de fechamento metálico (por evento de até 10 dias), estruturados em tubos e chapas de aço galvanizadas ou de metal canelados, medindo 2,20 metros de comprimento x 2,30 metros de altura, fixados através de mão francesa e amarradas com arames uma na outra ou fixados no chão por pés de escora de metal tubular, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Próprio para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpo.
14	14	030.001.218	UND	500	Locação de fechamento tipo arena (por evento de até 10 dias), composto de metal tubular 1 polegada e meia de diâmetro, medindo 3 metros de comprimento x 2 metros de altura, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Próprio para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpo.
15	15	030.001.167	UND	3.000	Locação de gradil (por evento de até 12 dias), com no mínimo 2m de largura x 1,30 m de altura, em estrutura metálica na chapa 14", com base de sustentação e dispositivos de encaixe e travamentos, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Próprio para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpo.
16	16	030.003.073	UND	5	Locação de tenda (por dia) de 10 x 13,5 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.
17	17	030.003.155	UND	20	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-direitos de até 7 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.
18	18	030.001.132	UND	80	Locação de tenda tensionada chapéu de bruxa (por evento de até 10 dias) medindo 5x5m, com pés direitos de até 2,5m de altura, toda ferragem com espessura de chapa 14#, coberta com lona antichamas, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.

1.4. Os **ITENS** descritos acima serão considerados em sua totalidade, ou seja, serão compostos por tantos quantos elementos existirem neles.

1.5. O Licitante deverá apresentar proposta de preços para todos ou apenas um dos **ITENS** e para cada qual haverá etapas de lances separados.

1.6. O Licitante somente será selecionado para ir à etapa de lances se apresentar proposta de preços para os **ITENS** de acordo com as especificações **mínimas** deste Edital.



1.7. Deverá ser respeitada a numeração dos ITENS e as quantidades, unidades e especificações mínimas de cada elemento.

1.8. Os elementos/itens devem ser de primeira linha, atender aos padrões de qualidade reconhecidos pelo mercado nacional e normas brasileiras vigentes.

1.9. NÃO SERÁ ADMITIDA A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTES DESTA LICITAÇÃO.

2 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases por meio do portal da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA – SP, mediante monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

2.3. O Licitante interessado em participar do certame deverá observar atentamente as condições previstas para sua participação no presente Edital tais como seu cadastramento junto ao provedor do sistema - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL - para participar da licitação, bem como a data e horário de fim do recebimento das propostas e o início da etapa de lances (ambos no preâmbulo do certame).

2.4. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, provedora do sistema eletrônico para o município de Votuporanga, SP, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa de utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que estejam de acordo com a legislação vigente (Federal, Estadual e Municipal) que os regulamente e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no portal da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

3.5.1. Serão aplicados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e às empresas de pequeno porte que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenham celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte, para estar apto a participar do Pregão na forma Eletrônica, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime Microempresa - ME/Empresa de Pequeno Porte - EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate (Art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006).

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



- 3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. A vedação de que trata o item 3.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública,
- 4.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes, após a fase de envio de lances.
- 4.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema (artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022), o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.6.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.6.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.6.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.6.4. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.6.5. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.7. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da



inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) **VALOR UNITÁRIO E TOTAL DE CADA ELEMENTO/ITEM**, em moeda corrente nacional, em algarismos, **com até duas casas decimais após a vírgula;**

b) **DESCRIÇÃO DO OBJETO.**

5.1.1. **No preenchimento da proposta eletrônica, no sistema deverão obrigatoriamente ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES contidas nas alíneas “a” e “b” de cada elemento/item. A não inserção das informações nestes campos poderá ocasionar a desclassificação do licitante, face a ausência de informação suficiente para classificação da proposta.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **é ciente e concorda** com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer, conforme for o caso, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.18.2.2. empresas brasileiras;
- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



6.19. As regras previstas no item 6.18.1, não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a licitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes.

6.20.5. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **04 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado e/ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado(a) ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no "chat" pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 - DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.2.1. contiver vícios insanáveis;

7.2.2. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.3. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.3. Fica caracterizado indício de inexequibilidade, a proposta que represente o valor de 50% (cinquenta por cento) inferior ao orçado pela Administração Pública.

7.3.1. Se o licitante, após a fase de lances, arrematar item que represente o valor de 50% (cinquenta por cento) inferior ao orçado pela administração pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá exigir meios idôneos para fins comprovação de exequibilidade do preço apresentado pelo participante.

7.4. Para fins de julgamento das propostas, serão considerados dentre outros meios idôneos a serem julgados pelo(a) Pregoeiro(a), os seguintes:

a) Notas fiscais eletrônica de entrada do produto ou serviço licitado;

b) Notas fiscais eletrônica de saída do produto ou serviço licitado;

c) Cupons fiscais;

d) Conhecimento de Transporte Eletrônico (CTe);

e) Conhecimento de Transporte Para Fretamento e outros serviços – (CTe e OS);

f) Manifesto de documentos fiscais eletrônicos;

g) Livro caixa da empresa;

h) Declaração de imposto de renda pessoa jurídica IRPJ;

i) Documento idêneo que comprove a execução do objeto licitado com outros entes públicos.

7.5. Além dos documentos descritos no item anterior, ficará a critério do(a) Pregoeiro(a), a exigência de outros meios idôneos que comprovem a execução do objeto licitado.

7.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a **realização de diligências**, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.7. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) a depender da complexidade do objeto licitado ou por solicitação via "chat" no sistema, ou outro meio quando o informado estiver indisponível e desde que anexado posteriormente na plataforma, de forma escrita e justificada pelo licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

7.8. Se a proposta for desclassificada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.



7.10. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11. No julgamento da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no sistema.

7.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à Licitante subsequente, nova verificação deve ser realizada da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários para habilitação deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada, de forma individual, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial, apresentados em formato digital escaneado.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista, Econômico-Financeira e demais documentos por ele abrangidos).

8.1.2. Nos casos em que os licitantes porventura não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, DEVERÃO apresentar todos os documentos de habilitação exigidos neste Edital via plataforma – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL por meio do sistema, em formato digital, no PRAZO estipulado pelo(a) PREGOEIRO(A) (MÍNIMO DE DUAS HORAS), contado da solicitação no “chat”.

8.1.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no “chat” pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.1.3. No interregno da quantidade de horas estipulada pelo PREGOEIRO(A) no “chat” para envio dos documentos de habilitação, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar poderá fazer a inserção/substituição dos documentos inseridos.

8.2. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.3. Após a entrega dos documentos para habilitação **(e findo o prazo consignado no item 8.1.3)**, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [\(Lei 14.133/21, art. 64\)](#).

8.3.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.3.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.4. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa nº 3/2018, art. 7º, caput, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento).

8.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento).

8.8. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9. Os Documentos de Habilitação não serão necessários ser enviados de forma física.



8.10. Os documentos exigidos nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f” do item 8.15 (Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista) deste Edital, somente serão aceitos se a data de validade neles assinalados for igual ou superior a data marcada para abertura da sessão pública deste certame, na hipótese de não constar nos documentos o respectivo prazo de validade, somente serão aceitos os documentos emitidos no prazo de 90 (noventa) dias anteriores à data marcada da sessão pública, salvo apresentação de prova hábil para comprovar validade superior.

8.10.1. Os documentos emitidos via Internet dispensam autenticação, desde que apresentados em seu original, ficando a critério da Prefeitura a comprovação da veracidade dos mesmos e desde que estejam dentro do prazo de validade, conforme item 8.10 acima.

8.11. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.11.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **15% (quinze por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.12. **Como condição prévia ao exame da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após o julgamento da(s) proposta(s) será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a **participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

b) Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

8.12.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

8.12.1.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

8.13. No caso de inabilitação, se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às Microempresa - ME/ Empresa de Pequeno Porte - EPPs, haverá nova verificação, de ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.14. A Habilitação Jurídica será comprovada, mediante apresentação:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente quando a atividade assim o exigir e/ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial;

e) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

f) no caso de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

g) no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.14.1. A demonstração da legitimidade do signatário da se dará mediante apresentação da seguinte documentação:

a) No caso de Procurador

I - Instrumento de mandato público, ou;

II - Instrumento de mandato particular, assinado pelo representante legal da empresa, juntamente com Documento de constituição da empresa e alterações, onde se verifique que o sócio subscritor possui legitimidade para outorgar a procuração referida.

b) No caso de sócio-gerente

I - Documento de constituição da empresa e alterações, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes de tal investidura.

8.14.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.15. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista será comprovada, mediante apresentação:



- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais inscritos em Dívida Ativa da sede do Licitante. Caso a sede do Licitante seja fora deste Município e mantenha filial(is) em Votuporanga, apresentar também desta (s);
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e quanto a Dívida Ativa da União, **abrangendo inclusive as Contribuições Sociais (INSS)** previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 ou **Certidão Previdenciária;**
- d) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) perante a Justiça do Trabalho (Lei Federal 12.440/2011 e artigo 642-A da CLT);
- f) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos relativos a **DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO** ou pela **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, relativo ao domicílio ou sede do licitante.

8.16. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) será comprovada, mediante apresentação:

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado de origem do licitante, ou pela apresentação do comprovante da opção pelo **SIMPLES** obtido no site da Secretaria da Receita Federal, ambos documentos emitidos **no prazo de até 90 (noventa) dias anteriores à data marcada da sessão pública.**

a1) Se NÃO OPTANTE pelo SIMPLES Nacional deverá apresentar: Declaração de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, **que deverá ser assinada por seu representante legal e TAMBÉM POR CONTADOR HABILITADO.**

b) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos **impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.**

c) Declaração elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de **que no ano - calendário de realização da licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima** admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

8.16.1. *para a habilitação, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a documentação completa e exigida para fins de comprovação de regularidade Fiscal, Social e Trabalhista mesmo que apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

8.16.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitado, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.16.3. *a comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do instrumento contratual ou outro instrumento que o substitua.*

8.16.4. **Quanto à microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.**

8.16.5. **Não ocorrendo a regularização da documentação, no prazo previsto do subitem 8.16.3, implicará decadência do direito à execução do objeto do certame, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14133/2021, sendo facultado à Administração convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente que o substitua, ou revogar a licitação.**

8.17. Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante apresentação:

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo cartório distribuidor do Tribunal de Justiça do Estado da sede do licitante.

8.18. Qualificação Técnica será comprovada mediante:

a) **Apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões)** emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que demonstre a execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação, constando as especificações dos serviços prestados (Art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021), para **TODOS OS ITENS** deste edital.



b) Certidão de Registro da Empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e, no caso da empresa vier a ser adjudicada, se de outro Estado, deverá validar a Certidão com o visto do CREA/SP, para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 16, 17 e 18.

8.19. Outras Comprovações será mediante apresentação

a) Declaração do **Licitante** elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

b) Declaração do **Licitante** elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, asseverando que não está declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração Pública ou impedido de licitar e contratar com esta Administração Municipal.

c) Declaração do **Licitante** elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal de que não possui em seu quadro societário e funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

d) Declaração do **Licitante** elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação definidos no Edital (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21).

e) Declaração do **Licitante** elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21).

f) Declaração do **Licitante** elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/21).

g) Declaração do **Licitante** elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

h) Declaração do **Licitante** elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

8.19.1. O atendimento correspondente as apresentações das DECLARAÇÕES solicitadas acima (item 8.19) e as DECLARAÇÕES para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) (item 8.16) PODERÃO ser no formato de DECLARAÇÃO UNIFICADA conforme modelo constante do ANEXO II deste edital.

8.20. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial as sanções do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, incisos III e IV e Decreto Municipal nº 15.631 de 31 de março de 2023.

8.21. Se o Licitante for a matriz, todos os documentos de Habilitação deverão estar em nome da matriz, e se o Licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E SEUS REQUISITOS

9.1. A proposta final do Licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **até 04 (quatro) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico.

9.1.1. É facultado(a) ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no "chat" pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.1.2. O não cumprimento das exigências dispostas no item (9.1) poderá, ficando a decisão a critério da Administração, ocasionar em penalidades ao Licitante declarado vencedor, por descumprimento de comprovação de condições do edital.



9.2. Deverá ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões e/ou entrelinhas e, ainda, devendo ser a(s) folha(s) rubricada(s), datada e assinada pelo representante legal do Licitante ou por procurador legítimo e legalmente constituído.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com valor unitário e total do item ou percentual de desconto com preços expressos em moeda corrente nacional, **com até duas casas decimais após a vírgula;**

9.4. Descrição do objeto, contendo as informações necessárias, indicando no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente e outros;

9.5. Constar em seu inteiro teor:

a) razão Social, endereço completo, telefone/fax, e-mail, CNPJ e inscrição estadual ou municipal da empresa detentora da melhor proposta;

b) número do Processo e do Pregão na forma Eletrônica e descrição do objeto com **preço unitário e total de cada elemento/item e valor total da proposta;**

c) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

d) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;

e) condições de pagamento: será conforme constante do Edital e da Ata de Registro de Preços;

f) qualificação do responsável que assinará a futura ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

g) qualificação do(a) responsável pela(s) empresa(s) Licitante(s) vencedora(s), constando nome completo, cargo, CPF, nº da cédula de identidade (RG), órgão e Estado emissor, data de nascimento, endereço residencial completo, e-mail institucional, e-mail pessoal e telefone(s), para fins de exigências relacionadas a Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - AUDESP.

9.6. A proposta final ficará documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da Ata de Registro de Preços e aplicação de eventual sanção à Detentora da Ata, se for o caso.

9.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Detentora da Ata.

10 - DO RECURSO

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata da sessão pública.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **15 (quinze) minutos**.

10.3.4. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação **ou de lavratura da ata da sessão pública de habilitação ou inabilitação;**

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da **interposição do recurso**, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato/ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006,



e em ocasiões específicas que se fizerem necessárias. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e/ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

12.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

12.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (artigo 71 da Lei nº 14.133, de 2021).

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados exclusivamente por forma eletrônica, **em campo próprio na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL**.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame

14 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Senhor Prefeito Municipal adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Homologado o resultado da licitação, respeitadas a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, será convocado o interessado para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Depois de cumpridos os requisitos de publicidade, a ATA DE REGISTRO terá efeito de compromisso nas condições estabelecidas.

14.3. O licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.1. Prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do licitante mais bem classificado e aceita pela Administração.

14.4. Sempre que a convocação não for atendida, é facultado a Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou revogar o item específico, respectivo ou a licitação.

14.5. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

14.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

14.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS



15.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

16 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

16.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação.

16.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

16.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

16.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

17 - DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

18 - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

18.1. O Licitante vencedor do certame deverá realizar as prestações dos serviços para as Secretarias e Unidades Municipais requisitantes, por período de 1(um) ano e de forma parcelada, após a Assinatura da Ata de Registro de Preços, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis** a contar do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço, de acordo com o Edital e seus anexos e sua proposta, inclusive nos termos, local(is) e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, e Ata de Registro de Preços.

18.2. Caso não seja possível atender no prazo determinado, a empresa/Detentora da Ata deverá comunicar as razões respectivas no prazo de até 03 (três) dias úteis, para que seja averiguada a possibilidade de prorrogação de prazo e soluções possíveis para atender a demanda, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

18.3. De acordo com a necessidade de cada área a empresa terá a obrigatoriedade de prestar os serviços conforme condições relatadas em Edital, Estudo Técnico Preliminar, Ata de Registro de Preços e as contidas neste Termo de Referência com a disponibilização de mão de obra especializada, bem como, contar com pessoal devidamente qualificado para o atendimento da demanda além de observar as normas relativas ao tipo de contratação.

18.4. Ficará a cargo do vencedor do certame as despesas decorrentes das prestações dos serviços do objeto da licitação.

18.5. Quaisquer serviços extraordinários que forem necessários somente poderão ser executados mediante a concordância de responsável da Prefeitura do Município de Votuporanga, SP, da área demandante.

19 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. A Administração Municipal fiscalizará obrigatoriamente a execução dos serviços prestados, a fim de verificar o seu desenvolvimento e se estão sendo observados as especificações e demais requisitos previstos no Edital e seus anexos, Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, e na Ata de Registro de Preços e proposta, por funcionário responsável competente para tanto.

19.2. Havendo rejeições nas prestações dos serviços, no todo ou em parte, a empresa deverá substituí-los, refazê-los e ou adequá-los no prazo estabelecido formalmente pela Administração, observando as condições estabelecidas, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções administrativas estabelecidas pela Lei Federal Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações.

19.3. A Prefeitura do Município de Votuporanga, SP, se reserva o direito de recorrer a empresa prestadora dos serviços em caso de verificações posteriores de irregularidades ou má prestações dos serviços.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;



- 20.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 20.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 20.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 20.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 20.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 20.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 20.1.3. não celebrar o ajuste ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 20.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 20.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 20.1.5. fraudar a licitação
- 20.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 20.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 20.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 20.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 20.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 20.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 20.2.1. advertência;
- 20.2.2. multa;
- 20.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 20.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 20.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 20.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 20.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 20.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 20.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 20.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 20.4.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado, nos termos do Decreto Municipal nº 15.631/23.
- 20.4.2. Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado, nos termos do Decreto Municipal nº 15.631/23.
- 20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 20.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Votuporanga, Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 20.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Prefeitura do Município de Votuporanga, SP.
- 20.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que



avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Prefeitura do Município de Votuporanga, SP.

21 - DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o prazo para liquidação, conforme consta no Termo de Referência.

21.1.1. A Contratada deverá informar a conta bancária da sua razão social no corpo do documento fiscal.

21.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando a Administração atestar a execução do objeto do contrato/ata de registro de preços.

21.1.3. No caso de atraso pela Prefeitura do Município de Votuporanga, SP, os valores devidos para a empresa serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)** de correção monetária.

21.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.2.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da licitação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

21.2.2. Quando houver glosa parcial do objeto, a Administração deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

21.2.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato/ata e do órgão contratante/Administração;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- f) dados bancários para pagamento, destacados na nota.

21.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

21.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta "on line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

21.2.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

21.2.7. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a situação de irregularidade da empresa, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

21.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Prefeitura deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da



contratada/detentora da ata, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.2.9. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão/cancelamento contratual/da ata nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada/detentora da ata a ampla defesa.

21.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato/cancelamento da ata, caso a contratada/detentora da ata não regularize sua situação junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

21.2.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.2.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.2.12. A empresa regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21.2.13. Os pagamentos efetuados às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, estarão sujeitos a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF conforme previsto na Instrução Normativa/Receita Federal do Brasil nº 1.234/12, fixado pela decisão do Supremo Tribunal Federal - STF no julgamento do RE 1293453/RS (Tema 1130) e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 15.506 de 23 de fevereiro de 2023.

21.3. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

21.3.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

21.4. CESSÃO DE CRÉDITO

21.4.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

21.4.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da contratante/Prefeitura.

21.4.2. A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

21.4.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada/detentora da ata) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

22 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

22.1 Para atender as despesas decorrentes desta licitação, foram aprovadas no orçamento para o exercício do ano 2026, através da Lei nº 7.342, de 5 de dezembro de 2025, a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

PRINC	CLASSIF	INSTITUCIONAL	CATEGORIA	ECONÔMICA	FR	C APLIC
147	02.02.04	04.122.0008.2010	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
199	02.03.02	04.131.0010.2015	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
241	02.04.02	12.361.0011.2021	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	220.000
316	02.04.03	12.365.0012.2026	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	212.000
341	02.04.03	12.365.0012.2027	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	213.000
491	02.05.00	10.301.0016.2033	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	310.000
801	02.09.02	04.127.0025.2055	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
933	02.11.03	04.122.0028.2069	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
1073	02.14.02	13.392.0034.2082	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
1135	02.15.02	27.812.0036.2087	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
1248	02.18.00	08.122.0039.2097	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	510.000
1360	02.18.00	08.245.0039.2098	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	510.000
1389	02.18.00	08.245.0039.2099	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	510.000
1435	02.21.00	14.244.0043.2109	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000

22.2. Recursos Financeiros:

FONTE	01	TESOURO
-------	----	---------



Cod. Aplic.	110.000	GERAL
Cod. Aplic.	220.000	ENSINO FUNDAMENTAL-Convênios/entidades
Cod. Aplic.	212.000	EDUC. INFANTIL-CRECHE- Convênios/entidades
Cod. Aplic.	213.000	EDUC.INFANTIL-PRÉ-ESCOLA Convênios/entid
Cod. Aplic.	310.000	SAÚDE-GERAL
Cod. Aplic.	510.000	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL

22.3. Os recursos para 2027 serão alocados nas Peças de Planejamento a serem enviadas à Câmara Municipal nos prazos estabelecidos na Lei Orgânica do Município.

23 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

23.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

23.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

23.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

23.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

23.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)**.

23.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

24 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

24.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

24.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

24.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

24.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

24.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

24.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 24.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

24.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

24.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

24.4.1. Por razão de interesse público;

24.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

24.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

25 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

25.1. A referida contratação é regida pelo Sistema de Registro de Preços e conforme previsto em legislação, caso haja conveniência da Administração Pública poderá a Ata de Registro de Preços materializar-se em quantos contratos forem necessários, desde que observados os quantitativos máximos e a sua formalização ocorra até o último dia de vigência da Ata (artigo 82 e seguintes da Lei nº. 14133/2021).

26 - DO REAJUSTE DO CONTRATO



26.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

26.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

27 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

27.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

27.6. O resultado da sessão pública deste certame será divulgado em Ata no sistema eletrônico da www.bll.org.br e no portal da transparência do Município no sítio www.votuporanga.sp.gov.br.

27.7. Integram o presente Edital:

ANEXO I - Termo de Referência

APÊNDICE DO ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar – ETP

ANEXO II - Modelo Referencial de Declaração UNIFICADA

ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO IV – Relação de Cadastro Reserva

ANEXO V - Minuta de Contrato

ANEXO VI - Minuta de Nota de Empenho

27.8. Os casos omissos serão dirimidos com base nas disposições da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

27.9. Esta licitação será regida pela Lei Federal nº 14133/2021, Lei complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 15.631/2023 e suas alterações, e demais normas pertinentes à espécie, sendo o(a) Pregoeiro(a) autoridade soberana para resolver todas e quaisquer pendências surgidas na sessão Pública deste Pregão Eletrônico.

27.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

27.12. A Prefeitura do Município de Votuporanga, SP, reserva-se no direito de adquirir no todo ou em parte, quando for o caso, respeitados os limites legais ou rejeitar todas as propostas, desde que justificadamente haja conveniência administrativa para o caso, em prol do interesse público, observados os ditames da Lei Federal nº 14133/2021, Decreto Municipal nº 15.631/2023 e demais normas pertinentes à espécie, obrigando-se os fornecedores ao cumprimento integral de suas propostas, nas condições definidas na sessão Pública do Pregão, sem que lhes caiba qualquer direito à reclamação e/ou indenização a favor da proponente e sob pena da aplicação de penalidades previstas na legislação.

27.13. A Prefeitura do Município de Votuporanga, SP, reserva-se o direito de revogar ou anular o presente procedimento licitatório, nos ditames da Lei Federal nº Lei nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

27.14. A adjudicação/homologação do objeto do Edital ao(s) Licitante(s) vencedor(es) o(s) obriga(m) ao fornecimento e/ou a prestação de serviços integral do(s) mesmo(s), nas condições oferecidas, não lhe(s) cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua(s) proposta(s), quer seja por erro ou omissão.

27.15. O(s) Licitante(s) vencedor(es) é(são) obrigado(s) a manter durante toda a vigência do Contrato ou outro instrumento que o substitua, em compatibilidade com as obrigações por ele(s) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

27.16. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação e não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Votuporanga do Estado de São Paulo, nos termos da Lei Federal nº Lei nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações.



27.17. Todos os horários constantes deste Edital têm como referência o horário de Brasília, DF.

Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, publicado por "AVISO DE LICITAÇÃO", no Diário Oficial do Município, Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e Jornal de Grande Circulação, divulgado no endereço eletrônico da Prefeitura na Internet e na plataforma eletrônica da www.bll.org.br.

Prefeitura do Município de Votuporanga, SP, em 31 de março de 2026

LEANDRO VINÍCIUS DA CONCEIÇÃO

Secretário Municipal da Administração



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 - PROCESSO Nº 085/2026

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO para Locação de Estrutura Física (tendas, gradis, fechamentos metálicos, palcos e arquibancadas)** para uso no município de Votuporanga, SP, conforme condições e quantidades estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ELEM	CÓDIGO	UND	QUANT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	VALOR ESTIMADO	
						UNIT R\$	TOTAL R\$
01	01	030.003.072	UND	28	Locação de tenda (por dia) de 10 x 10 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	1.625,18	45.505,04
02	02	030.003.074	UND	30	Locação de tenda (por dia) de 5 x 5 m, com pés direitos de 2,5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	643,98	19.319,40
03	03	030.003.075	UND	20	Locação de tenda (por dia) de 8 x 8 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	1.312,83	26.256,60
04	04	030.001.001	UND	95	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	2.133,31	202.664,45
05	05	030.001.007	UND	8	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 13,5 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	3.212,50	25.700,00
06	06	030.003.120	UND	30	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 2,5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	1.033,32	30.999,60



ITEM	ELEM	CÓDIGO	UND	QUANT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	VALOR ESTIMADO	
						UNIT R\$	TOTAL R\$
07	07	030.001.043	UND	61	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 8 m x 8 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	1.281,33	78.161,13
08	08	030.003.166	UND	10	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 3 x 3 m, com pés-direitos de até 2,5m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	663,70	6.637,00
09	09	030.001.221	M ²	600	Locação de lona para fechamento lateral e/ou frontal de tendas (por evento de até 10 dias), própria para utilização em eventos, medida por metro quadrado, confeccionada em material resistente, impermeável e com tratamento antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. As lonas deverão possuir sistema de fixação seguro, por meio de ilhós metálicos, velcro industrial, zíper, cordas, canaletas, ou outro sistema tecnicamente equivalente, que assegure adequada vedação, estabilidade e resistência, mesmo sob condições climáticas adversas, devendo estar em perfeito estado de conservação, limpas, íntegras e aptas ao uso, sem rasgos, furos ou avarias que comprometam sua funcionalidade ou aparência, sujeitas à rejeição pela fiscalização caso não atendam às condições exigidas.	5,15	3.090,00
10	10	030.001.220	UND	35	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	1.064,66	37.263,10
11	11	030.003.136	UND	19	Locação de palco de PEQUENO PORTE (por evento de até 10 dias), medindo no mínimo 7x5m, modelo duas águas de estrutura em alumínio linha P, em treliça Q30, com 4 pés direito de 5m de altura cada, cobertura de lona antichamas, piso com plataformas telescópicas em alumínio e compensado naval de no mínimo 20mm, com capacidade de carga de 750 kg/m ² , com guarda corpo, escada de acordo com ABNT, dispositivo para elevação de caixas acústicas modelo flying, house e corrimão. Nos preços deverão estar inclusos todas as despesas com transporte, montagem, desmontagem, alimentação, tributação, acompanhamento técnico e ART de toda a estrutura, com técnico qualificado com DRT e profissional responsável, devidamente inscrito no CREA.	7.080,00	134.520,00



ITEM	ELEM	CÓDIGO	UND	QUANT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	VALOR ESTIMADO	
						UNIT R\$	TOTAL R\$
12	12	030.001.222	M ²	1000	Locação de arquibancada metálica modular para eventos, incluindo transporte, montagem, manutenção e desmontagem, com medição por metro quadrado (m ²) instalado. Estrutura confeccionada em metal tubular ou perfis metálicos de alta resistência, com sistema de travamento que garanta estabilidade e segurança, contendo no mínimo 03 níveis de assentos/degraus. Os assentos deverão ser em madeira ou material equivalente de alta resistência, com largura mínima de 0,70 metro por nível, sendo cada módulo de assento com dimensões mínimas aproximadas de 2,30 metros de comprimento por 0,70 metro de largura. A estrutura deverá possuir corrimão frontal com altura mínima de 1,20 metro e corrimão ou guarda-corpo traseiro com altura mínima de 1,80 metro, além de guarda-corpos laterais para proteção dos usuários. Deverá contar ainda com passarela de circulação com largura mínima de 1,10 metro, permitindo fluxo seguro de pessoas, bem como escadas de acesso com corrimão e piso antiderrapante, distribuídas ao longo da estrutura no mínimo a cada 15 metros. A arquibancada deverá ser devidamente nivelada, travada e estabilizada, atendendo às normas técnicas da ABNT aplicáveis, às exigências do Corpo de Bombeiros e às normas de acessibilidade e segurança para estruturas temporárias destinadas a eventos públicos, devendo a empresa contratada apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à montagem e estabilidade da estrutura.	82,50	82.500,00
13	13	030.001.219	UND	700	Locação de fechamento metálico (por evento de até 10 dias), estruturados em tubos e chapas de aço galvanizadas ou de metal canelados, medindo 2,20 metros de comprimento x 2,30 metros de altura, fixados através de mão francesa e amarradas com arames uma na outra ou fixados no chão por pés de escora de metal tubular, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Próprio para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpo.	76,56	53.592,00
14	14	030.001.218	UND	500	Locação de fechamento tipo arena (por evento de até 10 dias), composto de metal tubular 1 polegada e meia de diâmetro, medindo 3 metros de comprimento x 2 metros de altura, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Próprio para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpo.	76,68	38.340,00
15	15	030.001.167	UND	3000	Locação de gradil (por evento de até 12 dias), com no mínimo 2m de largura x 1,30 m de altura, em estrutura metálica na chapa 14", com base de sustentação e dispositivos de encaixe e travamentos, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Próprio para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpo.	40,08	120.240,00



ITEM	ELEM	CÓDIGO	UND	QUANT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	VALOR ESTIMADO	
						UNIT R\$	TOTAL R\$
16	16	030.003.073	UND	5	Locação de tenda (por dia) de 10 x 13,5 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	2.188,50	10.942,50
17	17	030.003.155	UND	20	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-direitos de até 7 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	2.176,25	43.525,00
18	18	030.001.132	UND	80	Locação de tenda tensionada chapéu de bruxa (por evento de até 10 dias) medindo 5x5m, com pés direitos de até 2,5m de altura, toda ferragem com espessura de chapa 14#, coberta com lona antichamas, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	890,11	71.208,80
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO						R\$ 1.030.464,62	

1.2. As informações administrativas relativas ao Edital poderão ser obtidas junto ao setor de Licitações pelo fone (17) 3405.9700 – ramal 9847, ou, ainda, pela **plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL nos campos próprios para os Licitantes interessados obterem esclarecimentos e/ou impugnações.**

1.3. GESTORES E FISCAIS:

I - Secretaria Municipal da Cultura e Turismo

GESTOR(A) CONTRATUAL: Ormédio Caporalini Filho, matrícula nº 73452, Cargo: Assessor de Gabinete IV

FISCAL DO CONTRATO: Marinês da Silva Manhani de Lima, matrícula nº 38.580, Cargo: Chefe do Departamento de Cultura

TÉCNICO(A): Ricardo Morial Pignatari, matrícula nº 32670, Cargo: Assessor de Gabinete IV

II - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

GESTOR(A) CONTRATUAL: Eliete Helena Ramos Piveta, matrícula nº 57223, Cargo: Assistente de Gestão Administrativa.

FISCAL DO CONTRATO: Beatriz Alves Martins, matrícula nº 77655, Cargo: Assistente Social I.

III – Secretaria Municipal da Saúde

GESTOR(A) CONTRATUAL: Ivanilde Regina Pelegrin, matrícula nº 65754, Cargo: Chefe de Divisão de Planejamento de Compras

FISCAL DO CONTRATO: Ronize Aparecida Domingues de Almeida Prado, matrícula nº 71354, Cargo: Chefe de Divisão de Atenção Especializada.

IV - Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Gabinete Civil

Corpo de bombeiros

GESTOR(A) CONTRATUAL: Juliana de Cássia Fernandes Dias Moreno, matrícula nº 47120, Cargo: Chefe de Divisão da Transparência.

FISCAL DO CONTRATO: Natalia Amanda Polizeli Rodrigues, matrícula nº 61670, Cargo: Chefe de Departamento de Atos Administrativos e Legislativos.



V – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

GESTOR(A) CONTRATUAL: Paulo Roberto Medina Bento, matrícula nº 72107, Cargo: Departamento de Manutenção Urbana E Rural.

FISCAL DO CONTRATO: Simone Patrícia de Oliveira Silva, matrícula nº 53414, Cargo: Chefe de Divisão de Administração Funerária.

VI – Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social

GESTOR(A) CONTRATUAL: Claudia Andrea Trindade, matrícula nº 70128, Cargo: Chefe de Departamento de Suporte Administrativo.

FISCAL DO CONTRATO: Diogo Medeiros de Oliveira Marcos, matrícula nº 74583, Cargo: Chefe de Divisão de Suporte Administrativo.

VII – Secretaria Municipal de Governo

Departamento de Cerimonial e Comunicação

GESTOR(A) CONTRATUAL: Alexandre Elias Giora, matrícula nº 53783, Cargo: Secretário Municipal de Governo.

FISCAL DO CONTRATO: Wender Batista Rodrigues, matrícula nº 73620, Cargo: Assessor de Gabinete V.

VIII - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

GESTOR(A) CONTRATUAL: Jhônatas Dias da Silva, matrícula nº 62944, Cargo: Chefe de Departamento de Desenvolvimento do Esporte e Lazer.

FISCAL DO CONTRATO: Rodrigo Brandão de Freitas, matrícula nº 62936, Cargo: Chefe de Departamento de Suporte Administrativo.

IX - Secretaria Municipal da Educação

GESTOR(A) CONTRATUAL: Kelly Cristina Roveda Hebler, matrícula nº 58831/2, Cargo de Gestor da Rede Municipal de Educação Infantil

FISCAL DO CONTRATO: Patrícia Cristine Tome Silva, matrícula nº 36285/4, Cargo de Gestor da Rede Municipal de Ensino Fundamental

2 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A licitação é para contratação de empresa para prestação de serviços de locações de tendas, por período de 1 (um) ano pelo sistema de Registro de Preços para atender à demanda da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Gabinete Civil, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e Secretaria Municipal da Educação.

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

2.3. A prestação de serviços pretendida é classificada como comum, em conformidade com a definição do artigo 6º, inciso XIII, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.4. Considerando a frequência de utilização dos serviços de modo recorrente, habitual e permanente pelas unidades municipais, fica demonstrada a natureza contínua da demanda, de maneira que a sua falta ocasionaria danos ao desempenho dos trabalhos desenvolvidos e ofertados pela Administração.

2.5. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, que poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.6. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

2.6.1. A contratação pretendida admite o parcelamento do objeto, conforme disposto no artigo 40 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada sua viabilidade técnica e econômica, bem como a preservação da eficiência e da padronização necessária. No caso da Ata de Registro de Preços para locação de estruturas físicas, o parcelamento mostra-se adequado, pois possibilita a ampliação da competitividade, o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e a contratação de fornecedores distintos para itens ou etapas específicas, sem prejuízo à execução do objeto. Dessa forma, observa-se o atendimento ao interesse público e aos princípios que regem as contratações públicas.

3 - JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade:

5.1.1. A empresa contratada deve adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

II – adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

III – fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

IV - realizar um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

V - realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, quando couber.

VI – respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VII – prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

5.2. Subcontratação

5.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. Garantia da contratação

5.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois trata-se de prestação de serviço de baixa complexidade que não justifica a necessidade de garantia de execução.

5.4. Vistoria

5.4.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços para essa contratação.

6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de execução do objeto

6.1.1 A empresa vencedora ficará à disposição para prestar os serviços correspondente ao objeto licitado, conforme as solicitações das Unidades e seus setores, garantindo a necessária demanda.

6.1.2. As prestações de serviços serão realizadas por conta e risco da Contratada/Detentora da Ata, em cada unidade e setor solicitantes, de acordo com a necessidade, no **prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, conforme a demanda, após a Assinatura do contrato/ata de registro de preços, a contar do recebimento da nota de empenho.

6.2. Caso não seja possível atender no prazo acima determinado, a empresa/Detentora da Ata deverá comunicar as razões respectivas no prazo de até 03 (três) dias úteis de antecedência, para que seja averiguada a possibilidade de prorrogação de prazo e soluções possíveis para atender a demanda, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. De acordo com a necessidade de cada área a empresa terá a obrigatoriedade de prestar os serviços conforme condições relatadas em Edital, Estudo Técnico Preliminar, Ata de Registro de Preços e as contidas neste Termo de Referência com a disponibilização de mão de obra especializada, bem como, contar com pessoal devidamente qualificado para o atendimento da demanda além de observar as normas relativas ao tipo de contratação.

6.4. As quantidades de serviços poderão aumentar ou diminuir conforme a necessidade, respeitados os limites legais.

6.5. O recebimento do serviço do objeto do Contrato/Ata de Registro de Preços não exclui a responsabilidade da Detentora da Ata pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata.

6.6. Obrigações da Contratada/Detentora da Ata:

6.6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência ou Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



6.6.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato/ata de registro de preço, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração, devendo ressarcir a Administração em sua integralidade, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.6.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, qualquer ocorrência anormal que se interrompa ou prejudique a qualidade e execução do serviço.

6.6.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

6.6.7. Toda responsabilidade técnica de montagem e desmontagem dos equipamentos, conforme legislação pertinente, dentro dos prazos e nos locais estipulados;

6.6.8. O fornecimento de ART, apresentada antes da realização de cada evento, conforme solicitação da Secretaria requisitante.

6.6.9. O cumprimento integral à normas de segurança e medicina do trabalho, tanto para a execução dos serviços como também equipamentos individuais e coletivos de segurança para seus empregados.

6.6.10. Executar os serviços de acordo com as especificações para serviços dessa natureza, obedecendo às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, do CREA e do Corpo de Bombeiros.

6.6.11. O acompanhamento técnico para toda a prestação dos serviços, respondendo pela estrutura montada durante todo o período do evento.

6.7. Dos Locais de prestações dos serviços

6.7.1. As prestações dos serviços serão executadas em locais diversos conforme a necessidade da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Gabinete Civil, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e Secretaria Municipal da Educação.

6.7.1.1. Os endereços serão disponibilizados para a Contratada/Detentora da Ata por cada área demandante conjuntamente com a nota de empenho para as prestações dos serviços.

6.8. Materiais, equipamentos e demais itens a serem disponibilizados:

6.8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada/Detentora da Ata deverá disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades necessárias, promovendo sua substituição quando couber além de:

I - Mão de obra especializada e qualificada.

6.9. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.9.1. A empresa prestadora dos serviços deve ser capaz de executar o objeto da licitação de forma parcelada, flexível, garantindo o atendimento em conformidade com as prioridades e essencialidades de cada unidade demandante.

6.9.2. É de suma importância que a empresa contratada demonstre capacidade para realizar os serviços de forma ágil e eficiente, cumprindo prazos estabelecidos e minimizando possíveis interrupções nas atividades municipais.

6.9.3. A empresa deverá operar de acordo com as normas técnicas e legislações vigentes, garantindo a transparência em todas as etapas dos serviços prestados e o cumprimento de obrigações legais.

7 - Especificação da garantia do serviço

7.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/ATA

8.1. O contrato/ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Federal nº 11.462/23 e Decreto Municipal nº 15.631/2023 e suas alterações, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato/ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada/detentora da ata devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato/ata de registro de preços ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada/detentora da ata para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada/detentora da ata, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.6. A execução do contrato/ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato/ata de registro de preços, ou pelos respectivos substitutos
- 8.7. O fiscal do contrato/ata de registro de preços acompanhará a execução do contrato/ata de registro de preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato/ata de registro de preços, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 8.7.1. O fiscal do contrato/ata de registro de preços anotará no histórico de gerenciamento do contrato/ata de registro de preços todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ata de registro de preços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato/ata de registro de preços emitirá notificações para a correção da execução do contrato/ata de registro de preços, determinando prazo para a correção.
- 8.7.3. O fiscal do contrato/ata de registro de preços informará ao gestor do contrato/ata de registro de preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato/ata de registro de preços nas datas apazadas, o fiscal do contrato/ata de registro de preços comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato/ata de registro de preços.
- 8.7.5. O fiscal do contrato/ata de registro de preços comunicará ao gestor do contrato/ata de registro de preços, em tempo hábil, o término do contrato/ata de registro de preços sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação, conforme o caso.
- 8.7.6. O gestor do contrato/ata de registro de preços acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato/ata de registro de preços, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ata de registro de preços e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 8.7.7. O fiscal do contrato/ata de registro de preços verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada/detentora da ata, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 8.7.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações, o fiscal do contrato/ata de registro de preços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato/ata de registro de preços para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 8.8. O(A) gestor(a) do contrato/ata de registro de preços coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato/ata de registro de preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato/ata de registro de preços, a exemplo da ordem de serviço/fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato/ata de registro de preços para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 8.8.1. O(A) gestor(a) do contrato/ata de registro de preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada/detentora da ata, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 8.8.2. O(A) gestor(a) do contrato/ata de registro de preços emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato/ata quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado/detentora da ata, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações
- 8.8.3. O(A) gestor(a) do contrato/ata de registro de preços tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



8.8.4. O(A) gestor(a) do contrato/ata de registro de preços deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.8.5. O(A) gestor(a) do contrato/ata de registro de preços deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato/ata de registro de preços.

8.9. A Contratada/Detentora da Ata deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-la na execução do contrato/ata de registro de preços.

8.9.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.10. Além do disposto acima, a fiscalização obedecerá às seguintes rotinas:

8.10.1. revisará regularmente a documentação, assegurando que todos os requisitos estejam sendo atendidos;

8.10.2. estabelecerá critérios para avaliação do desempenho da contratada/detentora da ata, considerando prazos de prestações dos serviços, qualidade dos serviços e demais indicadores;

8.10.3. aplicará sanções e penalidades, quando cabíveis, em caso de descumprimento das obrigações do Contrato/Ata de Registro de Preços por parte da contratada/detentora da ata.

9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará como Instrumento de Medição de Resultado (IMR), **Termo de Recebimento dos Serviços prestados**, atestando assim a qualidade dos serviços realizados, considerando a execução dos serviços com a qualidade exigida para cumprimento da sua função esperada, através de conferência.

9.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada/Detentora da Ata:

9.1.1.1. não produziu os resultados acordados,

9.1.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida; ou

9.1.1.3. deixou de utilizar materiais, equipamentos, produtos e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.1.1.4. A aferição da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

9.1.1.4.1. A complexidade, qualidade e plena execução do serviço dentro do prazo de acordo com o Edital e seus anexos, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

9.2. Recebimento do Objeto

9.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

9.2.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada/detentora da ata de registro de preços com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.2.3. O fiscal do contrato/ata de registro de preços realizará o recebimento provisório do objeto do contrato/ata de registro mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.2.4. O fiscal do contrato/ata de registro de preços realizará o recebimento provisório do objeto do contrato/ata de registro de preços mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

9.2.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato/ata de registro de preços irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada/detentora da ata, registrando em relatório a ser encaminhado para o(a) gestor(a) do contrato/ata de registro de preços.

9.2.6. A Contratada/Detentora da Ata fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.2.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.2.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



9.2.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato/ata de registro de preços, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los para o(a) gestor(a) do contrato/ata de registro de preços para recebimento definitivo.

9.2.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.2.12. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada/detentora da ata, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.2.13. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada/Detentora da Ata, por escrito, as respectivas correções;

9.2.14. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.2.15. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.2.16. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.2.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.2.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada/detentora da ata, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.2.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato/ata de registro de preços.

9.3. Liquidação

9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de vigência;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- f) dados bancários para pagamento, destacados na nota.

9.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.3.4. A Nota Fiscal ou ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Prazo de pagamento

9.4.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado/detentora da ata serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC de correção monetária.

9.5. Forma de pagamento

9.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado/detentora da ata.



9.5.2. A CONTRATADA deverá informar a conta bancária da sua razão social no corpo do documento fiscal.

9.5.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.5.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.5.6. O contratado/detentora da ata regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.6 - Antecipação de pagamento

9.6.1. A presente contratação não permite/compreende/engloba a antecipação de pagamento.

10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO pelo sistema de REGISTRO DE PREÇOS.

10.2. Participação de Consórcio

10.2.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, conforme disposto no Edital.

11 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

11.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos adiante, **prevalecendo, no caso de divergência, os documentos de habilitação exigidos no Edital no ITEM 8 e seus subitens.**

11.1.1. Habilitação Jurídica

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente quando a atividade assim o exigir e/ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial;

e) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

f) no caso de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

g) no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

11.1.1.1 A demonstração da legitimidade do signatário da se dará mediante apresentação da seguinte documentação:

a) No caso de Procurador

I - Instrumento de mandato público, ou;

II - Instrumento de mandato particular, assinado pelo representante legal da empresa, juntamente com Documento de constituição da empresa e alterações, onde se verifique que o sócio subscritor possui legitimidade para outorgar a procuração referida.

b) No caso de sócio-gerente

I - Documento de constituição da empresa e alterações, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes de tal investidura.

Obs: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais inscritos em Dívida Ativa da sede do Licitante. Caso a sede do Licitante seja fora deste Município e mantenha filial(is) em Votuporanga, apresentar também desta (s);



c) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e quanto a Dívida Ativa da União, **abrangendo inclusive as Contribuições Sociais (INSS)** previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 ou **Certidão Previdenciária**;

d) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) perante a Justiça do Trabalho (Lei Federal 12.440/2011 e artigo 642-A da CLT);

f) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos relativos a **DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO** ou pela **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, relativo ao domicílio ou sede do licitante.

11.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor do Tribunal de Justiça do Estado da sede do fornecedor.

11.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que demonstre a execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação, constando as especificações dos serviços prestados (Art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

b) Certidão de Registro da Empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e, no caso da empresa vier a ser adjudicada, se de outro Estado, deverá validar a Certidão com o visto do CREA/SP, para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 16, 17 e 18.

12 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

12.1. Para atender as despesas decorrentes desta licitação, foram aprovadas no orçamento para o exercício do ano 2026, através da Lei nº 7.342, de 5 de dezembro de 2025, a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

PRINC	CLASSIF INSTITUCIONAL	CATEGORIA ECONÔMICA	FR	C APLIC		
147	02.02.04	04.122.0008.2010	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
199	02.03.02	04.131.0010.2015	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
241	02.04.02	12.361.0011.2021	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	220.000
316	02.04.03	12.365.0012.2026	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	212.000
341	02.04.03	12.365.0012.2027	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	213.000
491	02.05.00	10.301.0016.2033	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	310.000
801	02.09.02	04.127.0025.2055	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
933	02.11.03	04.122.0028.2069	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
1073	02.14.02	13.392.0034.2082	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
1135	02.15.02	27.812.0036.2087	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
1248	02.18.00	08.122.0039.2097	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	510.000
1360	02.18.00	08.245.0039.2098	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	510.000
1389	02.18.00	08.245.0039.2099	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	510.000
1435	02.21.00	14.244.0043.2109	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000

12.2. Recursos Financeiros:

FONTE	01	TESOURO
Cod. Aplic.	110.000	GERAL
Cod. Aplic.	220.000	ENSINO FUNDAMENTAL-Convênios/entidades
Cod. Aplic.	212.000	EDUC. INFANTIL-CRECHE- Convênios/entidades
Cod. Aplic.	213.000	EDUC.INFANTIL-PRÉ-ESCOLA Convênios/entid
Cod. Aplic.	310.000	SAÚDE-GERAL

12.3. Os recursos para 2027 serão alocados nas Peças de Planejamento a serem enviadas à Câmara Municipal nos prazos estabelecidos na Lei Orgânica do Município.

Prefeitura do Município de Votuporanga, SP, em 31 de março de 2026



ALINE BORBA BONFIM

Chefe de Departamento de Compras, Licitações e Contratos



APÊNDICE DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 - PROCESSO Nº 085/2026

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de processo administrativo de Locação de Estruturas Físicas para as diversas unidades da Municipalidade, durante o período de 1 (um) ano pelo sistema de Registro de Preços, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

A base para a consolidação deste Estudo Técnico Preliminar foi obtida em consulta de demanda que constam em Estudo Técnico Preliminar, Documentos de Formalização de Demandas, e Termos de Referências das áreas requisitantes que fazem parte do **Memorando** 1Doc nº 3.942/2026.

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Unidades Demandantes: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Gabinete Civil.

Considerando que é primordial assegurar uma infraestrutura adequada e de qualidade para os eventos e outras atividades promovidas pelo município, faz-se imprescindível a contratação de empresa qualificada para a prestação de serviços de locação de estruturas físicas em atenção às necessidades apresentadas pelas Secretarias e Unidades para o regular desempenho de suas atividades, conforme segue:

1 – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

A contratação de empresa especializada em fornecimento de locação (por dia) de tenda 5x5m e locação (por dia) de tenda 10x10m, tendo em vista a natureza constante e recorrente das atividades que poderão ser desempenhadas pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. A demanda por essa contratação é previsível ao longo do tempo, considerando a necessidade de fornecer abrigo de chuva, luz solar e outras intempéries aos colaboradores lotados neste município em situações que exigem a realização de horas trabalhadas externamente em processos de inscrições de conjuntos habitacionais, visando garantir a continuidade e eficiência das atividades. A contratação possui o objetivo de oferecer abrigo aos colaboradores da Secretaria e aos munícipes nos processos de inscrições Habitacionais, durante jornadas de trabalho extraordinário.

2 - Secretaria Municipal da Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde necessita contratar serviço de locação de tendas para atender às demandas de eventos e campanhas promovidas ao longo do ano, voltadas à prevenção, promoção e assistência à saúde da população. A estrutura das tendas é essencial para garantir condições adequadas de atendimento e acolhimento em ações como campanhas de vacinação, testagens, feiras de saúde, mutirões e outros serviços itinerantes.

A contratação deve prever entrega parcelada, conforme a programação dos eventos e campanhas, evitando gastos desnecessários e assegurando o atendimento sob demanda, conforme a necessidade real da Administração.

A opção pela locação justifica-se pela economicidade e eficiência, uma vez que a aquisição permanente das tendas implicaria custos adicionais com armazenamento, manutenção e montagem, além de não atender à natureza variável das necessidades da Secretaria.

O serviço será contratado com base na Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da transparência, eficiência e planejamento adequado das contratações públicas. Serão estabelecidos critérios objetivos de qualidade, resistência estrutural e adequação às normas de segurança, garantindo que as tendas fornecidas atendam aos padrões exigidos para sua finalidade.

Dessa forma, a contratação possibilitará a continuidade das ações de saúde pública, assegurando a estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades com organização, proteção climática e conforto para profissionais e munícipes atendidos.

3 - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos tem como objetivo garantir a organização e o bem-estar da população durante o Dia de Finados, uma data de grande relevância cultural e religiosa, marcada por um expressivo aumento no fluxo de visitantes aos cemitérios municipais.



Para atender adequadamente à demanda do público, faz-se necessária a instalação de tendas em pontos estratégicos dos cemitérios. Estas estruturas temporárias visam proporcionar abrigo contra intempéries climáticas, como sol intenso ou chuvas, além de oferecer conforto e segurança aos munícipes durante a permanência nos locais. Ademais, as tendas são indispensáveis para acomodar serviços de apoio, como equipes de orientação, primeiros socorros, disponibilização de água potável e eventuais celebrações religiosas. Sua utilização também contribui para a organização do espaço, evitando aglomerações e garantindo a fluidez da circulação de pessoas.

Diante disso, é imprescindível a contratação de uma empresa especializada na locação, instalação e manutenção de tendas, que possua capacidade técnica para atender às especificidades do evento e garantir o cumprimento de todas as normas de segurança aplicáveis.

Esta ação reforça o compromisso da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos em prestar um serviço de qualidade e assegurar uma experiência digna e respeitosa à população durante esta importante data.

4 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social

Para atender às demandas de eventos e campanhas promovidas ao longo do ano, voltadas à prevenção, promoção e assistência à população, assegurando a estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades com organização, proteção climática e conforto para profissionais e munícipes atendidos.

5 - Secretaria de Relações Institucionais e Gabinete Civil

A contratação de locação de tenda para atender as necessidades do efetivo do Corpo de Bombeiros de Votuporanga-SP, se dá pelo fato de realizarem cursos de mergulho em determinados meses do ano, com alunos de diversas localidades e na proximidade da piscina não existe nenhuma cobertura, assim as tendas dão suporte para as atividades realizadas.

6 - Secretaria Municipal da Cultura e Turismo

O Município de Votuporanga possui consolidada tradição na realização de eventos culturais, festivos, turísticos e institucionais que integram o calendário oficial da cidade, reconhecidos como instrumentos de valorização da cultura local, fortalecimento da identidade regional, fomento à economia criativa e democratização do acesso à arte, ao lazer e à cidadania.

Essas iniciativas abrangem eventos de pequeno, médio e grande porte, com alcance regional e, em determinados casos, estadual e nacional, atuando como indutores do turismo e dinamizadores da economia local, com geração de empregos temporários, movimentação do comércio, estímulo ao setor de serviços e fortalecimento das políticas públicas de inclusão sociocultural.

Entre os eventos de maior porte, destacam-se:

Festival Literário de Votuporanga (FLIV) – consolidado como um dos principais festivais literários do interior paulista, realizado anualmente no Parque da Cultura, com duração média de 10 dias, público estimado superior a 70 mil pessoas e mais de 500 atividades gratuitas que abrangem literatura, música, dança, circo, audiovisual, artes visuais, teatro e ações formativas;

Carnaval VotuShow – com média de 30 mil foliões ao longo de quatro dias de programação, envolvendo apresentações de artistas regionais e nacionais, desfiles e atrações multiculturais que consolidam o Município como polo de lazer e turismo.

Além destes, compõem o calendário anual eventos de médio e pequeno porte igualmente relevantes para a dinamização cultural e social, tais como: Parada da Diversidade, Lançamento do Carnaval e Escolha da Corte Real, Festival Gastronômico, Semana da Consciência Negra, Semana da Música, Conecta Mulher, Conecta Criança, Festa Junina, Encontro de Motorhomes, Encontro de Carros Antigos, Encontro de Muladeiros, Cavalgada da Independência, Semana da Família, VotuShow (show da virada), bem como eventos realizados em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, nos quais, em grande parte, a contrapartida municipal consiste na disponibilização de estrutura física, sonorização e iluminação para grandes produções, como o Revelando SP, Festa das Nações e o VotuGóspel FÉstival, entre outros.

O Município de Votuporanga é oficialmente reconhecido pelo Governo do Estado de São Paulo como Município de Interesse Turístico (MIT), nos termos da Lei Estadual nº 16.938/2019, em razão de seu expressivo potencial cultural, histórico e de lazer.

Tal reconhecimento reforça o papel estratégico das ações culturais e turísticas desenvolvidas pela Administração Municipal, as quais contribuem para o fortalecimento da economia criativa, incremento do fluxo de visitantes e promoção institucional da cidade em âmbito regional e estadual.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para **locação de estrutura física** — compreendendo tendas, palcos, gradis, fechamentos metálicos e demais estruturas temporárias — revela-se medida indispensável para assegurar a adequada realização dos eventos constantes no calendário oficial e das ações promovidas pelas diversas Secretarias Municipais.



A diversidade, amplitude e complexidade técnica das programações exigem infraestruturas especializadas que garantam:

segurança estrutural conforme normas técnicas vigentes (inclusive exigências do Corpo de Bombeiros e ART);

organização adequada de fluxo de público e controle de acesso;

delimitação de áreas técnicas e operacionais;

proteção contra intempéries;

condições adequadas para apresentações artísticas, atividades institucionais e atendimento ao público.

Considerando que o Município não dispõe, em seu patrimônio, de quantitativo suficiente de estruturas físicas móveis aptas a atender simultaneamente às demandas das diversas Secretarias, nem de equipe técnica própria para montagem, manutenção e desmontagem com responsabilidade técnica (CREA/ART), a contratação por meio de Registro de Preços apresenta-se como solução mais eficiente, econômica e aderente ao princípio do planejamento.

A formalização de Ata de Registro de Preços permitirá:

atendimento parcelado e sob demanda, conforme o calendário anual;

padronização técnica das estruturas;

maior previsibilidade orçamentária;

otimização dos recursos públicos;

atendimento simultâneo de múltiplas ações institucionais.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se necessária, adequada e proporcional ao interesse público envolvido, estando plenamente alinhada às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento das contratações, à eficiência administrativa e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

7 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

A presente contratação se faz necessária para garantir a adequada estruturação dos eventos esportivos, recreativos, institucionais e comunitários promovidos e/ou apoiados pela Secretaria Municipal ao longo do exercício.

A realização desses eventos demanda a instalação de estruturas temporárias, tais como tendas para cobertura e proteção contra intempéries, gradis para organização e controle de público, fechamentos metálicos para delimitação e segurança das áreas, bem como palcos para cerimônias, apresentações e atividades esportivas. Tais estruturas são indispensáveis para assegurar condições mínimas de segurança, organização, acessibilidade e conforto aos participantes, atletas, servidores e munícipes.

A medida atende, ainda, ao interesse público, garantindo a continuidade das atividades desenvolvidas pela Secretaria, bem como o cumprimento do calendário anual de eventos, evitando prejuízos à organização e à execução das ações planejadas.

8 - Secretaria Municipal da Educação

A presente demanda fundamenta-se na necessidade imperiosa de assegurar a infraestrutura adequada para a realização do calendário de eventos pedagógicos, culturais e institucionais das unidades de ensino da Secretaria Municipal de Educação. A locação de palcos e tendas visa suprir a ausência de coberturas definitivas em áreas de convivência e garantir a segurança e o conforto de alunos, servidores e da comunidade escolar durante atividades extracurriculares.

A necessidade de palcos justifica-se pela promoção de apresentações que visam ao desenvolvimento artístico-cultural do educando, conforme previsto no Projeto Político Pedagógico. Já a locação de tendas torna-se essencial para viabilizar o uso de espaços externos que, desprovidos de cobertura, ficam vulneráveis a intempéries climáticas, o que compromete a execução de atividades físicas e recreativas.

9 – Secretaria Municipal de Governo - Departamento de Cerimonial e Comunicação

Alguns eventos realizados por este Departamento ao longo do ano necessitam de tendas para melhor acomodar as pessoas, entre estes eventos, podemos citar como exemplo entregas de obras de interligação de avenidas, entre outras melhorias realizadas em locais onde não há cobertura. Sendo assim, faz-se necessária a previsão de locação destas para atender essas necessidades pontuais.

Em face as necessidades acima expostas de cada Unidade solicitante a pretendida contratação por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico sob a forma de Registro de Preços para o município se mostra viável, pois permite contratar os serviços de forma ágil e econômica, além disso, proporciona flexibilidade na gestão dos mesmos, possibilitando a contratação conforme a demanda e disponibilidade de recursos.



Os serviços objeto deste estudo são caracterizados como contínuos pois pela sua essencialidade visam atender a demanda pública de forma permanente e recorrente por mais de um exercício financeiro assegurando o funcionamento das atividades finalísticas e administrativas da Prefeitura do Município de Votuporanga e suas unidades.

Assim perante a demanda apresentada a Administração analisou e constatou a indispensabilidade de abrir um único processo licitatório para as prestações de serviços de locações de tendas pelo sistema de Registro de Preços, por período de 1(um) ano.

II - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a escolha da solução adequada, é essencial definir os requisitos que serão necessários e suficientes para atender às necessidades específicas das unidades demandantes observando, leis e regulamentações, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

Importante ressaltar que de acordo com a necessidade de cada área a empresa terá a obrigatoriedade de prestar os serviços conforme condições relatadas em Edital, Estudo Técnico Preliminar, Ata de Registro de Preços e as contidas neste Termo de Referência com a disponibilização de mão de obra especializada, bem como, contar com pessoal devidamente qualificado para o atendimento da demanda além de observar as normas relativas ao tipo de contratação.

As quantidades de serviços poderão aumentar ou diminuir conforme a necessidade, respeitados os limites legais.

O recebimento do serviço do objeto do Contrato/Ata de Registro de Preços não exclui a responsabilidade da Detentora da Ata pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata.

Obrigações da Contratada/Detentora da Ata

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência ou Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato/ata de registro de preço, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração, devendo ressarcir a Administração em sua integralidade, o valor correspondente aos danos sofridos;

Comunicar ao Fiscal do contrato, qualquer ocorrência anormal que se interrompa ou prejudique a qualidade e execução do serviço.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Toda responsabilidade técnica de montagem e desmontagem dos equipamentos, conforme legislação pertinente, dentro dos prazos e nos locais estipulados;

O fornecimento de ART, apresentada antes da realização de cada evento, conforme solicitação da Secretaria requisitante.

O cumprimento integral à normas de segurança e medicina do trabalho, tanto para a execução dos serviços como também equipamentos individuais e coletivos de segurança para seus empregados.

Executar os serviços de acordo com as especificações para serviços dessa natureza, obedecendo às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, do CREA e do Corpo de Bombeiros.

O acompanhamento técnico para toda a prestação dos serviços, respondendo pela estrutura montada durante todo o período do evento.

Da Qualificação Técnica

A empresa interessada em participar do certame deve comprovar as qualificações técnicas a seguir expostas pois é essencial demonstrar que possui as habilidades, capacidades e experiências necessárias para realizar os serviços de forma eficaz e eficiente, garantindo, portanto, a qualidade e segurança dos serviços públicos a serem ofertados com as locações de estruturas físicas.

I - Comprovação de aptidão para as prestações de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **certidões ou atestados**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

II - Certidão de **Registro da Empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA**, e, no caso da empresa vier a ser adjudicada, se de outro Estado, deverá validar a Certidão com o visto do CREA/SP (para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 16, 17 e 18).



Dos Locais de prestações dos serviços

As prestações dos serviços serão executadas em locais diversos conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Gabinete Civil.

Os endereços serão disponibilizados para a Contratada/Detentora da Ata por cada área demandante conjuntamente com a nota de empenho para as prestações dos serviços.

Materiais, equipamentos e demais itens a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada/Detentora da Ata deverá disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades necessárias, promovendo sua substituição quando couber além de:

- I - Mão de obra especializada e qualificada.

Informações relevantes

A empresa prestadora dos serviços deve ser capaz de executar o objeto da licitação de forma parcelada, flexível, garantindo o atendimento em conformidade com as prioridades e essencialidades de cada unidade demandante.

É de suma importância que a empresa contratada demonstre capacidade para realizar os serviços de forma ágil e eficiente, cumprindo prazos estabelecidos e minimizando possíveis interrupções nas atividades municipais.

A empresa deverá operar de acordo com as normas técnicas e legislações vigentes, garantindo a transparência em todas as etapas dos serviços prestados e o cumprimento de obrigações legais.

Requisitos Administrativos:

A empresa deverá comprovar os requisitos de Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista e Econômica e Financeira.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois trata-se de prestação de serviços cuja a baixa complexidade não justifica a necessidade de garantia de execução.

Os serviços a serem prestados se enquadram como comuns pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

Para a contratação pretendida não será admitida a subcontratação do objeto a ser licitado.

A vigência da contratação é de 01 ano, conforme condições e quantidades estabelecidas, podendo ser prorrogado por igual período, em conformidade com o art. 84 da Lei 14.133/21, com a previsão de renovação das quantidades por mais um ano.

Ao definir esses requisitos, assegura-se que a contratação produza os resultados esperados, atendendo às necessidades específicas das Secretarias e suas unidades, garantindo a qualidade e a segurança dos serviços prestados promovendo a sustentabilidade ambiental e a conformidade com as leis e regulamentações vigentes.

III - LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação identificou-se as seguintes características:

I - a contratação deve ser com empresa cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido;

II – as prestações de serviços se constituem em objeto de frequente contratação por órgãos públicos, em todas as suas esferas;

III - existe ampla disponibilidade de empresas aptas para as prestações dos serviços, conforme os requisitos estabelecidos neste estudo;

IV – em análises de contratações similares feitas por outros órgãos públicos, por meio de consultas a diversos editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendesse às necessidades da Administração, não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim constatou-se que a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa e necessidade de cada órgão.



IV - LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES

Por conseguinte, com ampla realização de pesquisas em processos administrativos de mesma natureza que venham atender aos requisitos para o segmento e em experiências anteriores, encontrou-se as seguintes soluções:

Solução 01: contratação de serviços de locação de Estruturas Físicas (tendas, gradis, fechamentos metálicos, palcos e arquibancadas) por meio de formalização de Ata de Registro de Preços;

Solução 02: contratação de serviços de locação de Estruturas Físicas (tendas, gradis, fechamentos metálicos, palcos e arquibancadas) por meio de formalização de CONTRATO;

Solução 03: prestações de serviços de montagens de estruturas por meio de servidores da Administração.

Diante das alternativas apresentadas a solução 03 - prestações de serviços de montagens de estruturas por meio de servidores da Administração não se demonstra viável tendo em vista a falta de pessoal e preparo técnico específico para a execução dos trabalhos, bem como não dispor de servidores suficientes e tendas disponíveis para atender toda a demanda das unidades com agilidade e presteza necessárias podendo comprometer a eficácia e segurança dos serviços a serem realizados e ainda seria primordial uma contratação para aquisições de tendas diversas, o que traria um alto custo para Administração e dispor de espaço físico adequado para armazenagem e guarda das tendas e suas estruturas além de implementações para mão de obra qualificada especializada para o manuseio, sem esquecer dos custos que geraria para o erário com as manutenções.

A solução 02 – Contratação de serviços de locação de Estruturas Físicas (tendas, gradis, fechamentos metálicos, palcos e arquibancadas) por meio de formalização de CONTRATO; não se demonstra vantajoso pois para a formalização de um contrato administrativo as prestações dos serviços devem ser previsíveis, certas e estáveis com precisão em sua totalidade, além de que o Contrato é um documento vinculativo e obrigacional em que a Administração dever fazer a sua reserva orçamentária de acordo, diferentemente da Ata de Registro de preços que não há essa exigência e tem como característica prestações de serviços de forma eventual e futura conforme o surgimento da demanda.

Logo estudando a situação atual chega-se à conclusão que a melhor solução técnica para o Município é a **solução 01 - contratação de serviços de locação de Estruturas Físicas (tendas, gradis, fechamentos metálicos, palcos e arquibancadas) por meio de formalização de Ata de Registro de Preços,** pois assim a Administração terá prestações de serviços de qualidade, qualificados, especializados de acordo com os requisitos e as exigências normativas, suprimindo as expectativas públicas, tendo em vista que a demanda das Unidades Municipais são de forma parcelada para emprego em atividades futuras por período de 1(um) ano.

Do ponto de vista econômico, embora a contratação de empresa especializada possa representar um investimento inicial é crucial considerar o custo-benefício a longo prazo. Investir em serviços de qualidade inferior ou em métodos alternativos pode resultar em problemas recorrentes e custos adicionais com retrabalho, acarretando prejuízos financeiros e reputacionais para o órgão público.

Portanto, a escolha do tipo de solução a contratar se justifica pela necessidade de garantir a eficácia, a segurança, a qualidade e a sustentabilidade dos serviços prestados, bem como pela inexistência de alternativas viáveis que possam assegurar tais requisitos. A solução 01 serviços de locações de estruturas físicas por meio de formalização de Ata de Registro de Preços proporcionará a contratação de empresa qualificada e especializada, com profissionais capacitados de acordo com o protocolo, sendo a melhor opção para atender às necessidades das Administração e proteger o interesse público.

V - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta que melhor atende as necessidades da Administração é a **solução 01 - contratação de serviços de locações de estruturas físicas por meio de formalização de Ata de Registro de Preços** através de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, a fim de dar suporte institucional para as Unidades Municipais por período de 01 (um) ano, com intuito de realizar uma contratação com empresa do ramo para atender a Administração de forma segura de acordo com a legislação vigente.

A solução proposta envolve a contratação de uma empresa especializada para atender as demandas de serviços de estruturas físicas, abrangendo o fornecimento completo de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada. Trata-se de uma solução simples, pois todos os elementos essenciais para sua execução estão englobados consistindo na contratação de empresa que ofereça profissionais capacitados, equipamentos adequados para a execução das atividades de locações de estruturas físicas.

Além do mais a aquisição dos serviços por meio do sistema de Registro de Preços permite que a Administração utilize dos serviços em consonância com as demandas salvaguardando-se de qualquer excesso, tendo em vista a execução de forma parcelada a mais de uma unidade pública.



Portanto, a escolha da solução se justifica pela sua praticidade, eficiência e capacidade de atender plenamente às necessidades administrativas sem complementações externas. Desta forma proporcionará a garantia de um serviço completo e de qualidade, protegendo o interesse público e promovendo um ambiente seguro.

A contratação não possui especificidades que impliquem na necessidade de transferência de conhecimento e tecnologias a serem empregadas porem requer a garantia na forma estabelecida na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

VI - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E VALOR A SER CONTRATADO

A descrição dos serviços e as suas quantidades foram estipuladas pelas unidades requerentes, através de planejamento próprio com objetivo de atender às suas primordialidades, dimensionando a demanda de serviços de locação de Estruturas Físicas (tendas, gradis, fechamentos metálicos, palcos e arquibancadas).

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QTD.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	030.003.072	Locação de tenda (por dia) de 10 x10 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	28	1.493,10	41.806,80
02	030.003.074	Locação de tenda (por dia) de 5 x 5 m, com pés direitos de 2,5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	30	637,98	19.139,40
03	030.003.075	Locação de tenda (por dia) de 8 x 8 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	20	1.205,33	24.106,60
04	030.001.001	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	95	1.910,08	181.457,60



05	030.001.007	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 13,5 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	8	3.106,04	24.848,32
06	030.003.120	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 2,5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	30	1.018,39	30.551,70
07	030.001.043	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 8 m x 8 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	61	1.279,31	78.037,91
08	030.003.166	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 3 x 3 m, com pés-direitos de até 2,5m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	10	653,20	6.532,00
09	030.001.221	Locação de lona para fechamento lateral e/ou frontal de tendas (por evento de até 10 dias), própria para utilização em eventos, medida por	M ²	600	4,35	2.610,00



		metro quadrado, confeccionada em material resistente, impermeável e com tratamento antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. As lonas deverão possuir sistema de fixação seguro, por meio de ilhós metálicos, velcro industrial, zíper, cordas, canaletas, ou outro sistema tecnicamente equivalente, que assegure adequada vedação, estabilidade e resistência, mesmo sob condições climáticas adversas, devendo estar em perfeito estado de conservação, limpas, íntegras e aptas ao uso, sem rasgos, furos ou avarias que comprometam sua funcionalidade ou aparência, sujeitas à rejeição pela fiscalização caso não atendam às condições exigidas.				
10	030.001.220	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	35	1.004,08	35.142,80
11	030.003.136	Locação de palco de PEQUENO PORTE (por evento de até 10 dias), medindo no mínimo 7x5m, modelo duas águas de estrutura em alumínio linha P, em treliça Q30, com 4 pés direito de 5m de altura cada, cobertura de lona antichamas, piso com plataformas telescópicas em alumínio e compensado naval de no mínimo 20mm, com capacidade de carga de 750 kg/m2, com guarda corpo, escada de acordo com ABNT, dispositivo para elevação de caixas acústicas modelo flying, house e corrimão. Nos preços deverão estar inclusos todas as despesas com transporte, montagem, desmontagem, alimentação, tributação, acompanhamento técnico e ART de toda a estrutura, com técnico qualificado com DRT e profissional responsável, devidamente inscrito no CREA.	UND	19	6.400,00	121.600,00



12	030.001.222	Locação de arquibancada metálica modular para eventos, incluindo transporte, montagem, manutenção e desmontagem, com medição por metro quadrado (m ²) instalado. Estrutura confeccionada em metal tubular ou perfis metálicos de alta resistência, com sistema de travamento que garanta estabilidade e segurança, contendo no mínimo 03 níveis de assentos/degraus. Os assentos deverão ser em madeira ou material equivalente de alta resistência, com largura mínima de 0,70 metro por nível, sendo cada módulo de assento com dimensões mínimas aproximadas de 2,30 metros de comprimento por 0,70 metro de largura. A estrutura deverá possuir corrimão frontal com altura mínima de 1,20 metro e corrimão ou guarda-corpo traseiro com altura mínima de 1,80 metro, além de guarda-corpos laterais para proteção dos usuários. Deverá contar ainda com passarela de circulação com largura mínima de 1,10 metro, permitindo fluxo seguro de pessoas, bem como escadas de acesso com corrimão e piso antiderrapante, distribuídas ao longo da estrutura no mínimo a cada 15 metros. A arquibancada deverá ser devidamente nivelada, travada e estabilizada, atendendo às normas técnicas da ABNT aplicáveis, às exigências do Corpo de Bombeiros e às normas de acessibilidade e segurança para estruturas temporárias destinadas a eventos públicos, devendo a empresa contratada apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à montagem e estabilidade da estrutura.	M ²	1000	70,00	70.000,00
13	030.001.219	Locação de fechamento metálico (por evento de até 10 dias), estruturados em tubos e chapas de aço galvanizadas ou de metal canelados, medindo 2,20 metros de comprimento x 2,30 metros de altura, fixados através de mão francesa e amarradas com arames uma na outra ou fixados no chão por pés de escora de metal tubular, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Próprio para utilização em eventos,	UND	700	69,12	48.384,00



		em perfeito estado de conservação e limpo.				
14	030.001.218	Locação de fechamento tipo arena (por evento de até 10 dias), composto de metal tubular 1 polegada e meia de diâmetro, medindo 3 metros de comprimento x 2 metros de altura, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Próprio para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpo.	UND	500	73,74	36.870,00
15	030.001.167	Locação de gradil (por evento de até 12 dias), com no mínimo 2m de largura x 1,30 m de altura, em estrutura metálica na chapa 14", com base de sustentação e dispositivos de encaixe e travamentos, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Próprio para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpo.	UND	3000	36,24	108.720,00
16	030.003.073	Locação de tenda (por dia) de 10 x 13,5 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	5	1.867,92	9.339,60
17	030.003.155	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-direitos de até 7 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	20	2.160,79	43.215,80
18	030.001.132	Locação de tenda tensionada chapéu de bruxa (por evento de até 10 dias) medindo 5x5m, com pés direitos de até 2,5m de altura, toda ferragem com espessura de chapa 14#, coberta com lona antichamas, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em	UND	80	876,67	70.133,60



		eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.				
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)						952.496,13

Locais das Prestações dos Serviços: As prestações dos serviços serão executadas em locais diversos conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e Secretaria Municipal da Educação.

Os endereços serão disponibilizados para a Contratada/Detentora da Ata por cada área demandante conjuntamente com a nota de empenho para as prestações dos serviços.

O valor total médio para contratação é de **R\$ 952.496,13** (novecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais e treze centavos) conforme acima expostos na planilha.

A cotação de valores foi realizada pela Divisão de Planejamento de Compras do Município em conformidade com o disposto na Lei Federal 14.133/21, especialmente no seu Art. 23, em consonância com Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 Art.45, que estabelece os critérios para estimativa prévia do valor da contratação, considerando a compatibilidade com os valores praticados pelo mercado e a observância de diversos parâmetros.

A estimativa do valor foi determinada levando em consideração os seguintes parâmetros das alíneas do § 1º do referido artigo:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Além disso, realizou-se a Pesquisa de Preços com fornecedores, conforme segue:

GENIUS PRODUÇÕES E EVENTOS VOTUPORANGA LTDA – CNPJ: 24.107.078/0001-78.

B S G LOCAÇÃO DE TENDAS LTDA – CNPJ: 47.250.781/0001-36.

Período de realização da Pesquisa: fevereiro/2026.

Das quantidades por área Demandante

1 – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

ITEM	CÓDIGO SERVIÇO	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
02	030.003.074	Locação de tenda (por dia) de 5 x 5 m, com pés direitos de 2,5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	637,98	6	3.827,88
01	030.003.072	Locação de tenda (por dia) de 10 x10 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	1.493,10	8	11.944,80
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)						15.772,68



2 - Secretaria Municipal da Saúde

ITEM	CÓDIGO SERVIÇO	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
01	030.003.072	Locação de tenda (por dia) de 10 x10 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	1.493,10	5	7.465,50
02	030.003.074	Locação de tenda (por dia) de 5 x 5 m, com pés direitos de 2,5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	637,98	5	3.189,90
03	030.003.075	Locação de tenda (por dia) de 8 x 8 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	1.205,33	5	6.026,65
04	030.001.001	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.910,08	5	9.550,40
05	030.001.007	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 13,5 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART,	UND	3.106,04	3	9.318,12



		transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.				
06	030.003.120	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 2,5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.018,39	5	5.091,95
07	030.001.043	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 8 m x 8 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.279,31	10	12.793,10
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)						53.435,62

3 - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

ITEM	CÓDIGO SERVIÇO	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
04	030.001.001	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.910,08	6	11.460,48
08	030.003.166	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 3 x 3 m, com pés-direitos de até 2,5m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com	UND	653,20	5	3.266,00



		ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.				
06	030.003.120	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 2,5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.018,39	5	5.091,95
07	030.001.043	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 8 m x 8 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.279,31	6	7.675,86
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)						27.494,29

4 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social

ITEM	CÓDIGO SERVIÇO	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
02	030.003.074	Locação de tenda (por dia) de 5 x 5 m, com pés direitos de 2,5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	637,98	4	2.551,92
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)						2.551,92



5 – Secretaria de Relações Institucionais e Gabinete Civil

ITEM	CÓDIGO SERVIÇO	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
04	030.001.001	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.910,08	4	7.640,32
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)						7.640,32

6 - Secretaria Municipal de Governo - Departamento de Comunicação e Cerimonial

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
04	030.001.001	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.910,08	10	19.100,80
06	030.003.120	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 2,5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.018,39	10	10.183,90
07	030.001.043	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 8 m x 8 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.279,31	10	12.793,10



VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)	42.077,80
----------------------------	-----------

7 – Secretaria Municipal da Cultura e Turismo

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
01	030.003.072	Locação de tenda (por dia) de 10 x10 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	1.493,10	10	14.931,00
02	030.003.074	Locação de tenda (por dia) de 5 x 5 m, com pés direitos de 2,5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	637,98	10	6.379,80
03	030.003.075	Locação de tenda (por dia) de 8 x 8 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	1.205,33	10	12.053,30
04	030.001.001	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.910,08	30	57.302,40
10	030.001.220	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.004,08	30	30.122,40



07	030.001.043	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 8 m x 8 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.279,31	20	25.586,20
09	030.001.221	Locação de lona para fechamento lateral e/ou frontal de tendas (por evento de até 10 dias), própria para utilização em eventos, medida por metro quadrado, confeccionada em material resistente, impermeável e com tratamento antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. As lonas deverão possuir sistema de fixação seguro, por meio de ilhós metálicos, velcro industrial, zíper, cordas, canaletas, ou outro sistema tecnicamente equivalente, que assegure adequada vedação, estabilidade e resistência, mesmo sob condições climáticas adversas, devendo estar em perfeito estado de conservação, limpas, íntegras e aptas ao uso, sem rasgos, furos ou avarias que comprometam sua funcionalidade ou aparência, sujeitas à rejeição pela fiscalização caso não atendam às condições exigidas.	Metro quadrado	4,35	600	2.610,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)						148.985,10

8 – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
13	030.001.219	Locação de fechamento metálico (por evento de até 10 dias), estruturados em tubos e chapas de aço galvanizadas ou de metal canelados, medindo 2,20 metros de comprimento x 2,30 metros de altura, fixados através de mão francesa e amarradas com arames uma na outra ou fixados no chão por pés de escora de metal tubular, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Próprio para utilização em	UND	69,12	700	48.384,00



		eventos, em perfeito estado de conservação e limpo.				
14	030.001.218	Locação de fechamento tipo arena (por evento de até 10 dias), composto de metal tubular 1 polegada e meia de diâmetro, medindo 3 metros de comprimento x 2 metros de altura, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Próprio para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpo.	UND	73,74	500	36.870,00
15	030.001.167	Locação de gradil (por evento de até 12 dias), com no mínimo 2m de largura x 1,30 m de altura, em estrutura metálica na chapa 14", com base de sustentação e dispositivos de encaixe e travamentos, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Próprio para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpo.	UND	36,24	3000	108.720,00
11	030.003.136	Locação de palco de PEQUENO PORTE (por evento de até 10 dias), medindo no mínimo 7x5m, modelo duas águas de estrutura em alumínio linha P, em treliça Q30, com 4 pés direito de 5m de altura cada, cobertura de lona antichamas, piso com plataformas telescópicas em alumínio e compensado naval de no mínimo 20mm, com capacidade de carga de 750 kg/m2, com guarda corpo, escada de acordo com ABNT, dispositivo para elevação de caixas acústicas modelo flying, house e corrimão. Nos preços deverão estar inclusos todas as despesas com transporte, montagem, desmontagem, alimentação, tributação, acompanhamento técnico e ART de toda a estrutura, com técnico qualificado com DRT e profissional responsável, devidamente inscrito no CREA.	UND	6.400,00	3	19.200,00
16	030.003.073	Locação de tenda (por dia) de 10 x 13,5 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	1.867,92	5	9.339,60
01	030.003.072	Locação de tenda (por dia) de 10 x10 m, com pés direitos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona	UND	1.493,10	5	7.465,50



		antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.				
02	030.003.074	Locação de tenda (por dia) de 5 x 5 m, com pés diretos de 2,5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	637,98	5	3.189,90
03	030.003.075	Locação de tenda (por dia) de 8 x 8 m, com pés diretos de até 5 m de altura, toda ferragem com espessura 14#, coberta com lona antichamas, incluindo transporte, instalação, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.	UND	1.205,33	5	6.026,65
04	030.001.001	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-diretos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.910,08	40	76.403,20
17	030.003.155	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-diretos de até 7 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	2.160,79	20	43.215,80
05	030.001.007	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 13,5 m, com pés-diretos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de	UND	3.106,04	5	15.530,20



		conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.				
08	030.003.166	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 3 x 3 m, com pés-direitos de até 2,5m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	653,20	5	3.266,00
06	030.003.120	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 2,5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.018,39	5	5.091,95
10	030.001.220	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.004,08	5	5.020,40
07	030.001.043	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 8 m x 8 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.279,31	10	12.793,10
18	030.001.132	Locação de tenda tensionada chapéu de bruxa (por evento de até 10 dias) medindo 5x5m, com	UND	876,67	80	70.133,60



		pés direitos de até 2,5m de altura, toda ferragem com espessura de chapa 14#, coberta com lona antichamas, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada. Própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa.				
12	030.001.222	Locação de arquibancada metálica modular para eventos, incluindo transporte, montagem, manutenção e desmontagem, com medição por metro quadrado (m ²) instalado. Estrutura confeccionada em metal tubular ou perfis metálicos de alta resistência, com sistema de travamento que garanta estabilidade e segurança, contendo no mínimo 03 níveis de assentos/degraus. Os assentos deverão ser em madeira ou material equivalente de alta resistência, com largura mínima de 0,70 metro por nível, sendo cada módulo de assento com dimensões mínimas aproximadas de 2,30 metros de comprimento por 0,70 metro de largura. A estrutura deverá possuir corrimão frontal com altura mínima de 1,20 metro e corrimão ou guarda-corpo traseiro com altura mínima de 1,80 metro, além de guarda-corpos laterais para proteção dos usuários. Deverá contar ainda com passarela de circulação com largura mínima de 1,10 metro, permitindo fluxo seguro de pessoas, bem como escadas de acesso com corrimão e piso antiderrapante, distribuídas ao longo da estrutura no mínimo a cada 15 metros. A arquibancada deverá ser devidamente nivelada, travada e estabilizada, atendendo às normas técnicas da ABNT aplicáveis, às exigências do Corpo de Bombeiros e às normas de acessibilidade e segurança para estruturas temporárias destinadas a eventos públicos, devendo a empresa contratada apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à montagem e estabilidade da estrutura.	M ²	70,00	1000	70.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)						540.649,90



9 – Secretaria Municipal da Educação

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
11	030.003.136	Locação de palco de PEQUENO PORTE (por evento de até 10 dias), medindo no mínimo 7x5m, modelo duas águas de estrutura em alumínio linha P, em treliça Q30, com 4 pés direito de 5m de altura cada, cobertura de lona antichamas, piso com plataformas telescópicas em alumínio e compensado naval de no mínimo 20mm, com capacidade de carga de 750 kg/m2, com guarda corpo, escada de acordo com ABNT, dispositivo para elevação de caixas acústicas modelo flying, house e corrimão. Nos preços deverão estar inclusos todas as despesas com transporte, montagem, desmontagem, alimentação, tributação, acompanhamento técnico e ART de toda a estrutura, com técnico qualificado com DRT e profissional responsável, devidamente inscrito no CREA.	UND	6.400,00	16	102.400,00
06	030.003.120	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 2,5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.018,39	5	5.091,95
07	030.001.043	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 8 m x 8 m, com pés-direitos de até 5 m de altura, confeccionada em estrutura metálica resistente, com ferragens de espessura mínima 14# com a pintura em dia, cobertura em lona antichamas, própria para utilização em eventos, em perfeito estado de conservação e limpa, incluindo ART, transporte, montagem, manutenção durante o período de uso, desmontagem e retirada.	UND	1.279,31	5	6.396,55
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)						113.888,50



VII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação pretendida admite o parcelamento do objeto, conforme disposto no artigo 40 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada sua viabilidade técnica e econômica, bem como a preservação da eficiência e da padronização necessária. No caso da Ata de Registro de Preços para locação de estruturas físicas, o parcelamento mostra-se adequado, pois possibilita a ampliação da competitividade, o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e a contratação de fornecedores distintos para itens ou etapas específicas, sem prejuízo à execução do objeto. Dessa forma, observa-se o atendimento ao interesse público e aos princípios que regem as contratações públicas.

VIII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não é necessário realizar contratações correlatas para viabilizar e executar esta demanda, pois para o objeto a ser contratado todas as relações interdependentes estão abrangidas na solução pretendida, tais como materiais, equipamentos e mão de obra qualificada e suprimentos indispensáveis para a conclusão do processo até a entrega final. Isso implica que todos os elementos essenciais para as prestações dos serviços estão contemplados dentro do escopo para uma única licitação.

Portanto, a escolha por uma solução simples atende de maneira plena a demanda, eliminando a necessidade de complementações externas.

IX - DEMONSTRATIVO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação está alinhada com os objetivos estratégicos e as prioridades estabelecidas no Plano Anual de Contratações da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e Fundo Social de Solidariedade, todavia não houve a previsibilidade pelas seguintes secretarias com as devidas justificativas conforme segue:

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitacional:

Os ID's referenciados no PCA, encontra-se na linha 7986 e 7985.

Secretaria Municipal da Saúde:

A presente contratação está prevista no Plano Anual de Compras/Contratações de 2026, em conformidade com os itens correlatos do planejamento. Conforme demonstrado, a relação entre os itens da contratação e suas correspondências no Plano Plurianual (PPA) é a seguinte:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ID PCA	Qtde PCA	Qtde Solic.	Justificativa
08	030.003.072	Locação de tenda (por dia) de 10 x10 m, com pés direitos de até 5 m de altura	9484	5	5	Alteração do código para melhor atender à necessidade (030.003.004)
09	030.003.074	Locação de tenda (por dia) de 5 x 5 m, com pés direitos de 2,5 m de altura	9485	4	5	Alteração do código para melhor atender à necessidade (030.003.002)
10	030.003.075	Locação de tenda (por dia) de 8 x 8 m, com pés direitos de até 5 m de altura.	9486	5	5	Alteração do código para melhor atender à necessidade (030.003.003)
11	030.001.001	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 10 m, com pés-direitos de até 5 m de altura	9487	5	5	Alteração do código para melhor atender à necessidade (030.003.121)
13	030.001.007	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 10 m x 13,5 m, com pés-direitos de até 5 m de altura	-	0	3	Necessidade surgiu depois do fechamento
15	030.003.120	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) medindo 5 m x 5 m, com pés-direitos de até 2,5 m de altura, confeccionada	9488	5	5	
17	030.001.043	Locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias)	9505/ 9481	9	10	Aumento para melhor atender a demanda



		medindo 8 m x 8 m, com pés-direitos de até 5 m de altura				
--	--	--	--	--	--	--

Secretaria de Relações Institucionais e Gabinete Civil: A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual, no item 5444.

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo: A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual, dos IDs: 2258, 2259, 2292, 2291, 2263, 2293.

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos: Foi realizada uma consulta ao Plano Anual de Contratações (PAC) para verificar se os itens a serem contratados estão previstos no planejamento anual da Secretaria de Serviços Urbanos do município. Verificou-se que a aquisição dos serviços está alinhada com os objetivos estratégicos e as prioridades estabelecidas no Plano Anual de Contratações através dos IDS 7429, 7430, 7431 e 7432.

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer: Informamos que os itens locação de fechamento metálico, locação de fechamento tipo arena, locação de tenda (por dia) nos tamanhos 10 x 13,5 m, 10 x 10 m, 8 x 8 m e 5 x 5 m, bem como locação de tenda piramidal (por evento de até 10 dias) nos tamanhos 10 m x 13,5 m, 3 m x 3 m e 5 m x 5 m, com diferentes alturas de pés-direitos, não constam no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente. Durante a fase de elaboração do referido plano, a Secretaria enfrentou limitações orçamentárias que demandaram a priorização de itens considerados mais essenciais naquele momento, o que resultou na exclusão de algumas demandas da versão consolidada do planejamento anual. Demais itens previstos no PCA: 4167, 4149, 4163, 4164, 4165, 4166

Secretaria Municipal da Educação: A demanda em questão não foi contemplada no cronograma inicial do Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, tendo em vista que o levantamento técnico detalhado junto às unidades escolares foi concluído após o encerramento da janela de planejamento ordinário.

Todavia, diante da essencialidade dos serviços para a manutenção do cronograma escolar e para a segurança dos alunos, solicita-se a inclusão extraordinária ou a revisão do PCA 2026, fundamentada no art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021, que permite ajustes no planejamento para garantir o alinhamento com as reais necessidades da Administração e a eficiência do gasto público. A inclusão justifica-se pelo surgimento de fatos novos ou necessidades pedagógicas não previstas à época da consolidação do plano original.

Secretaria Municipal de Governo – Departamento de Comunicação e Cerimonial: está previsto no Plano de Contratações Anual para 2026 nos itens: 6174, 6175 e 6176.

Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social: A presente contratação foi prevista no PCA 2026 ID 12927, porém com outro código e quantidade. A solicitação fora adequada em tamanho e quantidades para melhor viabilidade de utilização e necessidade dos serviços e recursos.

X - GERENCIAMENTO DE RISCOS

Principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação:

FASE DA ANÁLISE:

Planejamento da Contratação () Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato

RISCO 01: Planejamento da Contratação

Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta

Impacto: () Baixa () Média (X) Alta

Causa: Descumprimento de prazos na fase de planejamento, ocasionando morosidade na publicação do Edital, Seleção do Fornecedor e Execução Contratual; Inexperiência, falta de domínio na elaboração de artefatos da fase preparatória de contratação, a exemplo do Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de Preços, Termo de Referência, ambos baseados na Lei 14.133/2021.

Dano: Atrasos no planejamento, acarretando atraso na contratação comprometendo a consequentemente a prestação do serviço.

Ação Preventiva: Elaborar adequadamente o termo de referência conforme as características do objeto contratado e solicitar a revisão deste, pelo setor competente.

Responsável: áreas demandantes.

FASE DA ANÁLISE:

() Planejamento da Contratação (X) **Seleção do Fornecedor** () Gestão do Contrato



RISCO 02: Seleção do Fornecedor

Probabilidade: (X) Baixa () Média () Alta

Impacto: () Baixa (X) Média () Alta

Causa: Descumprimento de prazos da fase de planejamento, dificuldades no levantamento de mercado e pesquisa de preços, ocasionando morosidade nas publicações necessárias e prévias à contratação e Execução Contratual.

Dano: Atraso/Adiamento da contratação para data posterior ao planejado, acarretando a morosidade da entrega dos itens no período previsto.

Ação Preventiva: Estabelecer um cronograma claro do planejamento com base no Plano de Contratação Anual; implementar medidas e procedimentos de acompanhamento das fases preparatórias (interna), seja por sistema informatizado ou por utilização de planilha eletrônica, para facilitar a gestão, controle e impulsionamento dos processos.

Responsável: Setor de Compras/Licitação.

FASE DA ANÁLISE:

() Planejamento da Contratação () Seleção do Fornecedor (**x**) **Gestão do Contrato**

RISCO 03: Gestão do Contrato

Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta

Impacto: (x) Baixa () Média () Alta

Dano: Prejuízo ao erário

Ação Preventiva: Elaboração do termo de referência e Especificações técnicas adequadas; Fiscalização de Contrato; Fiscalização da entrega.

Responsável: Fiscal designado

Ação de Contingência: Sanções e penalidades previstas no Contrato.

Responsável: Gestor designado

XI - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS

Ao buscar a contratação de empresa para prestações de serviços de locações de estruturas físicas a Administração objetiva alcançar uma série de resultados positivos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, tanto humanos, materiais quanto financeiros, conforme segue:

Economicidade:

A contratação de empresa especializada permite otimizar recursos financeiros, uma vez que essa abordagem evita gastos desnecessários com a aquisição de equipamentos, materiais e treinamento de pessoal próprio para realizar esses serviços.

Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos:

Ao contratar empresa especializada para a realização dos serviços, há um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis na Administração. Os servidores não precisam ser deslocados de suas funções originais para realizar atividades de serviços da contratação, podendo focar em suas responsabilidades principais. Isso aumenta a eficiência e produtividade da equipe, resultando em um melhor aproveitamento dos recursos humanos.

Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais:

A contratação de empresa especializada elimina a necessidade de adquirir equipamentos e materiais, para a execução dos serviços. Isso evita investimentos em itens que podem ficar subutilizados ou obsoletos ao longo do tempo. Além disso, a empresa contratada é responsável por garantir a qualidade dos serviços assegurando um melhor aproveitamento desses recursos.

Impactos Ambientais Positivos e Melhoria da Qualidade dos Serviços Públicos:

A contratação de empresa especializada contribui para a preservação do meio ambiente, pois essas empresas utilizam técnicas adequadas que minimizam os impactos ambientais.

Portanto, os resultados pretendidos com a contratação desses serviços incluem a otimização dos recursos disponíveis, a melhoria da eficiência e qualidade dos serviços prestados e a contribuição para a preservação do meio ambiente.

XII - PROVIDÊNCIAS PRÉ-CONTRATUAIS

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato/ata de registro de preços, de acordo com as condições do Edital e seus anexos, nos termos de sua proposta e neste Termo de Referência.

Notificar a Contratada da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

Não se verifica a necessidade de providências específicas quanto à capacitação de servidores bem



como não se faz necessária adequação do ambiente, considerando que a contratação é simples não havendo maiores complexidades e por sistema de Registro de Preços, sendo utilizada conforme a necessidade da Administração.

XIII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação dos serviços de locações de estruturas físicas tem pequenos impactos ambientais relacionados à geração de resíduos, uso de recursos naturais e consumo de energia. No entanto, com a implementação de práticas e políticas sustentáveis, esses impactos podem ser significativamente mitigados. Adotar fornecedores e práticas que priorizem a sustentabilidade e a eficiência ambiental contribuirá para minimizar os efeitos negativos, promovendo uma operação mais ecológica e responsável. Portanto caberá a futura contratada ações a serem adotadas como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais:

- a) Orientar seus empregados sobre prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;
- b) Utilizar equipamentos de menor impacto ambiental;
- c) Observar a Resolução CONAMA n. 20/1994, utilizando equipamentos que gerem menos ruído em seu funcionamento;
- d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso;
- e) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços;
- f) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços;
- g) Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

XIV- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após a análise substancial presentes neste Estudo Técnico Preliminar com respaldo nos elementos informados, DECLARO que é VIÁVEL a presente contratação.

Votuporanga, SP, 20 de março de 2026

ALINE BORBA BONFIM

Chefe de Departamento de Compras, Licitações e Contratos



ANEXO II
DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO)

Ao MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA, SP

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 - PROCESSO Nº 085/2026

A Empresa, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº com endereço na Rua/Av....., nº, CEP:..... na cidade de Estado, por intermédio de seu representante/procurador legal, o(a) Sr(a), inscrito(a) no CPF nº e RG nº, **DECLARA** expressamente:

- a) que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- b) que não está declarado inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou impedida de licitar e contratar com esta Administração Municipal;
- c) que não possui em seu quadro societário e funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- d) que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação definidos no Edital (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21);
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21);
- f) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/21);
- g) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- h) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

➤ **No caso de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), DECLARAR ainda:**

- a) **Se NÃO OPTANTE pelo SIMPLES Nacional:** de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, sob as penas do artigo 299 do Código Penal (**assinada por seu representante legal e TAMBÉM POR CONTADOR HABILITADO**).
- b) não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.
- c) que no ano - calendário de realização da licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

Local e Data.

(Assinatura, RG e CPF do Declarante)

Representante Legal e/ou Procurador e Contador (conforme o caso)

Obs1: Nos casos em que o Licitante não se enquadre como **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) RETIRAR da DECLARAÇÃO UNIFICADA as declarações relativas a esta condição.**

Obs2.: A declaração unificada deverá ser preenchida, preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente, **datada e assinada** pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



ANEXO III
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 - PROCESSO Nº 085/2026

Aos -- (----) dias do mês de ---- do ano ----, autorizado pelo processo de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 - PROCESSO Nº 085/2026**, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 15.631/2023 alterado pelo Decreto Municipal nº 15.640/23, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a DETENTORA DA ATA, a empresa inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº, estabelecida na Rua/Avenida....., nº, bairro, CEP, representada por seu(sua) Sócio(a), Sr(a) portador da Cédula de Identidade RG nº, inscrita no CPF nº.....

1 - DO OBJETO

1.1. Consideram-se registrados os preços da DETENTORA DA ATA acima qualificada, para prestações de serviços de **Locação de Estrutura Física (tendas, gradis, fechamentos metálicos, palcos e arquibancadas)** para uso no município de Votuporanga, SP, de acordo com as especificações abaixo, e conforme Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 - PROCESSO Nº 085/2026** e seus anexos, inclusive **Termo de Referência - Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP**, proposta apresentada, e eventuais anexos dos documentos supracitados, que para todos os efeitos de direito, é parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição.

ITEM	CÓDIGO	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIT	TOTAL

1.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2 - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

2.1. DETENTORA DA ATA deverá realizar as prestações dos serviços para as Secretarias e Unidades Municipais requisitantes, por período de 1 (um) ano e de forma parcelada, após a Assinatura desta Ata de Registro de Preços, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis** a contar do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço, de acordo com o Edital e seus anexos e sua proposta, inclusive nos termos, local(is) e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, e desta Ata de Registro de Preços.

2.2. Caso não seja possível atender no prazo determinado, a empresa/Detentora da Ata deverá comunicar as razões respectivas no prazo de até 03 (três) dias úteis, para que seja averiguada a possibilidade de prorrogação de prazo e soluções possíveis para atender a demanda, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

2.3. De acordo com a necessidade de cada área a empresa terá a obrigatoriedade de prestar os serviços conforme condições relatadas em Edital, Estudo Técnico Preliminar, Ata de Registro de Preços e as contidas no Termo de Referência com a disponibilização de mão de obra especializada, bem como, contar com pessoal devidamente qualificado para o atendimento da demanda além de observar as normas relativas ao tipo de contratação.

2.4. Ficará a cargo da DETENTORA DA ATA as despesas decorrentes das prestações dos serviços do objeto da licitação.

2.5. Quaisquer serviços extraordinários que forem necessários somente poderão ser executados mediante a concordância de responsável da Prefeitura do Município de Votuporanga, SP, da área demandante.

3 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. A Administração Municipal fiscalizará obrigatoriamente as execuções dos serviços prestados, a fim de verificar o seu desenvolvimento e se estão sendo observados as especificações e demais requisitos previstos



no Edital e seus anexos, Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, e nesta Ata de Registro de Preços e proposta, por funcionário responsável competente para tanto.

3.2. Havendo rejeições nas prestações dos serviços, no todo ou em parte, a DETENTORA DA ATA deverá substituí-los, refazê-los e ou adequá-los no prazo estabelecido formalmente pela Administração, observando as condições estabelecidas, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções administrativas estabelecidas pela Lei Federal Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 15.631, de 31 de março de 2023 e suas alterações.

3.3. A Prefeitura do Município de Votuporanga, SP, reserva-se o direito de recorrer à DETENTORA DA ATA em caso de verificações posteriores de irregularidades ou má prestações dos serviços.

4 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5 - DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

6 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observado o quantitativo máximo previsto *no edital*.

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.8. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital e quando houver o cancelamento do registro de preços do licitante nas hipóteses previstas no item 10, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



7 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)**.

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9 - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.



9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11 - DAS PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a DETENTORA DA ATA que:

a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não assinar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a formalização, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a DETENTORA DA ATA der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);



III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21))

IV. **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor da Ata de Registro de Preços celebrada, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

(2) moratória de 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da Ata de Registro de Preços executada em desconformidade com o prazo previsto na Ata;

(3) moratória de 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor da Ata de Registro de Preços executada em desconformidade com o prazo previsto na Ata de Registro de Preços;

(3a) Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora da Ata de Registro de Preços deve notificar a DETENTORA DA ATA e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la;

(4) moratória de 3% (três por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo da Ata;

b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação da Administração;

e) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;

f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

g) utilizar as dependências da Administração para fins diversos do objeto da Ata de Registro de Preços;

h) tolerar, no cumprimento da Ata de Registro de Preços, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

k) deixar de repor funcionários faltosos;

l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguro, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços nas datas avençadas;

o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

(5) moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou do valor estimado da contratação, na hipótese da DETENTORA DA ATA entregar o objeto licitado em desacordo com as especificações, condições e qualidade licitadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

(6) moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou do valor estimado da contratação, quando a DETENTORA DA ATA ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, ao cancelamento da Ata de Registro de Preços;

(7) moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços em caso de inexecução parcial definitiva do objeto da Ata de Registro de Preços;

(8) moratória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

(9) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, a unidade gestora da Ata de Registro de Preços deverá iniciar a instrução da penalidade de multa após o cálculo do valor pelo(a) Gestor(a)/Fiscal da Ata de Registro de Preços, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

11.5. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).



11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21).

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração para DETENTORA DA ATA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a DETENTORA DA ATA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no artigo 159, da Lei nº 14.133/21).

11.9. A personalidade jurídica da DETENTORA DA ATA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a DETENTORA DA ATA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

11.10. A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/21).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata de Registro de Preços.

11.13. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.14. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas para cancelamento de registro de preços, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro.

12 - FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA/DETENTORA DA ATA.

12.1.1. A CONTRATADA deverá informar a conta bancária da sua razão social no corpo do documento fiscal.

12.1.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.2. PRAZO DE PAGAMENTO

12.2.1. O pagamento será em até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, e até 10 (dez) dias úteis para pagamento, conforme consta no Termo de Referência.

12.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO atestar a execução do objeto do(a) contrato/Ata.

12.2.3. No caso de atraso pelo CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO, os valores devidos para a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de



pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)** de correção monetária.

12.3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

12.3.2. Quando houver glosa parcial do objeto, a CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO deverá comunicar a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

12.3.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato/ATA e da CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- f) dados bancários para pagamento, destacados na nota.

12.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO;

12.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta "on line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.3.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.3.7. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO.

12.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.3.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO deverá adotar as medidas necessárias à rescisão/cancelamento contratual/ata nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA a ampla defesa.

12.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato/cancelamento da ata, caso a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA não regularize sua situação junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

12.3.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.3.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.3.12. A CONTRATADA/DETENTORA DA ATA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.3.13. Os pagamentos efetuados às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, estarão sujeitos a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF conforme previsto na Instrução Normativa/Receita Federal do Brasil nº 1.234/12, fixado pela decisão do Supremo Tribunal Federal - STF no julgamento do RE 1293453/RS (Tema 1130) **e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 15.506 de 23 de fevereiro de 2023.**

12.4. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

12.4.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

12.5. CESSÃO DE CRÉDITO



12.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

12.5.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO.

12.5.2. A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.5.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA/DETENTORA DA ATA) pela execução do objeto, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à ADMINISTRAÇÃO/CONTRATANTE, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

13.1. Para atender as despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, foram aprovadas no orçamento para o exercício do ano 2026, através da Lei nº 7.342, de 5 de dezembro de 2025, a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

PRINC	CLASSIF	INSTITUCIONAL	CATEGORIA	ECONÔMICA	FR	C APLIC
147	02.02.04	04.122.0008.2010	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
199	02.03.02	04.131.0010.2015	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
241	02.04.02	12.361.0011.2021	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	220.000
316	02.04.03	12.365.0012.2026	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	212.000
341	02.04.03	12.365.0012.2027	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	213.000
491	02.05.00	10.301.0016.2033	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	310.000
801	02.09.02	04.127.0025.2055	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
933	02.11.03	04.122.0028.2069	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
1073	02.14.02	13.392.0034.2082	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
1135	02.15.02	27.812.0036.2087	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
1248	02.18.00	08.122.0039.2097	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	510.000
1360	02.18.00	08.245.0039.2098	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	510.000
1389	02.18.00	08.245.0039.2099	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	510.000
1435	02.21.00	14.244.0043.2109	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000

13.2. Recursos Financeiros:

FONTE	01	TESOURO
Cod. Aplic.	110.000	GERAL
Cod. Aplic.	220.000	ENSINO FUNDAMENTAL-Convênios/entidades
Cod. Aplic.	212.000	EDUC. INFANTIL-CRECHE- Convênios/entidades
Cod. Aplic.	213.000	EDUC.INFANTIL-PRÉ-ESCOLA Convênios/entid
Cod. Aplic.	310.000	SAÚDE-GERAL

13.3. Os recursos para 2027 serão alocados nas Peças de Planejamento a serem enviadas à Câmara Municipal nos prazos estabelecidos na Lei Orgânica do Município.

14 - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da Ata de Registro de Preços que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração/CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA/DETENTORA DA ATA.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais



- LGPD, é dever da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

14.7. A CONTRATADA/DETENTORA DA ATA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. A CONTRATANTE/Administração poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA/DETENTORA DA ATA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. A CONTRATADA/DETENTORA DA ATA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE/Administração, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos/Ata de Registro de Preços, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração/CONTRATANTE nas hipóteses previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

14.11. O contrato/Ata de Registro de Preços está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

14.12. Os contratos/Atas de Registro de Preços e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 - PROCESSO Nº 085/2026** e seus Anexos, inclusive Termo de Referência – Anexo I e seu apêndice Estudo Técnico Preliminar - ETP com os termos aditados e a proposta da Detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

16 - FORO

16.1 - As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Votuporanga - SP, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Prefeito do Município de Votuporanga, SP, e pelo(a) Sr(a). -----, qualificado(a) preambularmente, representando a Detentora e testemunhas.

JORGE AUGUSTO SEBA

Prefeito Municipal

Empresa Detentora da ATA

Representante

Testemunhas:



ANEXO IV
RELAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Grupo do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA E A EMPRESA -----

CONTRATO nº XXX/2026

O **MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na rua Pará nº 3227, nesta cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob nº 46.599.809/0001-82, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JORGE AUGUSTO SEBA**, portador do RG nº XXXXXXXXXX SSP/SP e do CPF nº XXXXXXXX, brasileiro, casado, Arquiteto e Urbanista, com residência e domicílio na XXXXXXXXXX, nº XXXX, XXXXX, nesta cidade de XXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº, sediado(a) na, em, neste ato representada por (nome e função do representante), doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é oriundo da **Ata de Registro de Preços** para prestação de serviços de **locação de estrutura física (tendas, gradis, fechamentos metálicos, palcos e arquibancadas)** para uso no município de Votuporanga, SP, de acordo com as especificações abaixo, e conforme Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 - PROCESSO Nº 085/2026** e seus anexos, inclusive **Termo de Referência - Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP**, Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, e eventuais anexos dos documentos supracitados, que para todos os efeitos de direito, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição.

ITEM	CÓDIGO	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIT	TOTAL

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo do objeto licitado constam no Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP do Edital do certame.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O **valor total** da contratação é de **R\$** (.....).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O **valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.**

5.2. FORMA DE PAGAMENTO



5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA/DETENTORA DA ATA.

5.2.2. A CONTRATADA deverá informar a conta corrente da sua razão social no corpo do documento fiscal.

5.2.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será em até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, e até 10 (dez) dias úteis para pagamento, conforme consta no Termo de Referência.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos para a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)** de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, a CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e da CONTRATANTE;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- f) dados bancários para pagamento, destacados na nota.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta "on line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a CONTRATANTE deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele



regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4.13. Os pagamentos efetuados às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, estarão sujeitos a retenção do IRRF conforme previsto na IN/RFB nº 1.234/12, fixado pela decisão do STF no julgamento do RE 1293453/RS (Tema 1130) **e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 15.506 de 23 de fevereiro de 2023.**

5.5. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

5.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento

5.6. CESSÃO DE CRÉDITO

5.6.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

5.6.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE.

5.6.2. A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

5.6.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração/Contratante, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP;

7.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato;

7.1.6. Aplicar à CONTRATADA, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



7.2. A Administração/CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deverá realizar as prestações dos serviços para as Secretarias e Unidades Municipais requisitantes, após a Assinatura do Contrato, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço, de acordo com o Edital e seus anexos e sua proposta, inclusive nos termos e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I e Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP, e deste Contrato.

8.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2.1. manter preposto aceito pela Administração/CONTRATANTE no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.2.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa/CONTRATADA poderá ser recusada pelo órgão ou entidade/CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a empresa/CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

8.2.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II da Lei nº 14.133/21).

8.2.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração/CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.2.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor(a) do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade para a CONTRATANTE;

8.2.9. Comunicar o(a) Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.2.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.2.11. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.2.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.2.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



8.2.14. Submeter previamente, por escrito, para CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

8.2.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.2.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.2.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/21);

8.2.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo(a) fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21);

8.2.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.2.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração/CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

9.7 A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração/CONTRATANTE nas hipóteses previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.



9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração/CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21))

IV. Multa:

- (1) moratória de 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
- (2) moratória de 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- (3) moratória de 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- (3a) Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar a CONTRATADA e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la;
- (4) moratória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
 - a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração/CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação da CONTRATANTE;
 - e) não devolver os valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
 - f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
 - g) utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;
 - h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela CONTRATANTE;



- k) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguro, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.
- (5)** moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou do valor estimado da contratação, na hipótese da CONTRATADA entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- (6)** moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou do valor estimado da contratação, quando a CONTRATADA ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- (7)** moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução parcial definitiva do objeto do contrato;
- (8)** moratória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- (9)** compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 11.3. Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, a unidade gestora da contratação deverá iniciar a instrução da penalidade de multa após o cálculo do valor pelo(a) Gestor(a) de Contratos, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 11.4. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).
- 11.5. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).
- 11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21)
- 11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE para CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 11.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no artigo 159, da Lei nº 14.133/21).
- 11.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).
- 11.10. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de



publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/21).
11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Para atender as despesas decorrentes deste contrato, foram aprovadas no orçamento para o exercício do ano 2026, através da Lei nº 7.342, de 5 de dezembro de 2025, a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

PRINC	CLASSIF	INSTITUCIONAL	CATEGORIA	ECONÔMICA	FR	C APLIC
147	02.02.04	04.122.0008.2010	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
199	02.03.02	04.131.0010.2015	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
241	02.04.02	12.361.0011.2021	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	220.000
316	02.04.03	12.365.0012.2026	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	212.000
341	02.04.03	12.365.0012.2027	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	213.000
491	02.05.00	10.301.0016.2033	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	310.000
801	02.09.02	04.127.0025.2055	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
933	02.11.03	04.122.0028.2069	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
1073	02.14.02	13.392.0034.2082	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
1135	02.15.02	27.812.0036.2087	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000
1248	02.18.00	08.122.0039.2097	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	510.000
1360	02.18.00	08.245.0039.2098	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	510.000
1389	02.18.00	08.245.0039.2099	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	510.000
1435	02.21.00	14.244.0043.2109	33903914	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	01	110.000

13.2. Recursos Financeiros:

FONTE	01	TESOURO
Cod. Aplic.	110.000	GERAL
Cod. Aplic.	220.000	ENSINO FUNDAMENTAL-Convênios/entidades
Cod. Aplic.	212.000	EDUC. INFANTIL-CRECHE- Convênios/entidades
Cod. Aplic.	213.000	EDUC.INFANTIL-PRÉ-ESCOLA Convênios/entid
Cod. Aplic.	310.000	SAÚDE-GERAL



13.3. Os recursos para 2027 serão alocados nas peças de Planejamento a serem enviadas à Câmara Municipal nos prazos estabelecidos na Lei Orgânica do Município.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 15.631/2023 e suas alterações e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Votuporanga, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justas e combinadas, as partes contratantes firmam o presente instrumento na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentárias.

Votuporanga, SP, -- de ----- de 2026

PELA CONTRATANTE:

JORGE AUGUSTO SEBA
Prefeito Municipal

PELA CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:



**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 - PROCESSO Nº 085/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Contratada:

Contrato nº ---/2026

Objeto:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da contratada manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

Jorge Augusto Seba - Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXX

RESPONSÁVEL PELA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Jorge Augusto Seba - Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXX

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela CONTRATANTE:

Jorge Augusto Seba

Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXX

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Jorge Augusto Seba

Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXX

Assinatura: _____

FISCAL(AIS) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



ANEXO VI
MINUTA DA NOTA DE EMPENHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 - PROCESSO Nº 085/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA Estado de São Paulo SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA						
NOTA DE EMPENHO						
				Nº do Empenho/Tipo		Recurso
Órgão			Unidade Orçamentária			
Dotação					Nº da Conta	
Credor						
Endereço			Fone		Cidade	UF
Licitação		Número	Solicitação	Proc. Compra	Emissão	Vencimento
Valor Orçado		Saldo Anterior		Valor do Empenho		Saldo Atual
Item	Quant.	Und.	Especificação		Valor Unitário	Valor Total
Local de Entrega				TOTAL GERAL		
_____ Contador			RECIBO Recebi(emos) da Tesouraria da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA, a importância acima especificada em moeda corrente do País. _____ de _____ de _____ _____ Credor			
_____ Secretário Municipal da Fazenda						
ORDEM DE PAGAMENTO Pague-se ao favorecido o valor acima especificado proveniente desta Nota de Empenho _____ / _____ / _____ _____ Ordenador de Despesa			Pago em: _____ / _____ / _____ Banco: _____ Conta nº _____ Cheque nº _____ _____ Tesoureiro			